



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 043

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2012

ANO I

SUMÁRIO

SECRETARIA LEGISLATIVA	
ATA DA 5ª AP	486
SUPERINTENDÊNCIA DE RH	506

SECRETARIA LEGISLATIVA

ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA
ATIVIDADE CACAUEIRA NA REGIÃO
Em 7 de agosto de 2012

Presidência dos Srs.
Ribamar Araújo – Deputado
Marcelino Tenório - 3º Secretário

Mestre de Cerimônia - M.C.
Lenilson Guedes

Intermediador
José Tarcísio Batista

(Às 9 horas e 45 minutos é aberta a Audiência Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (M.C.) – Bom dia a todos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, neste momento, após aprovação de Requerimento do Deputado Estadual Ribamar Araújo, realiza nesta data Audiência Pública com objetivo de discutir fatores que obstaculizam a expansão e consolidação da atividade cacauzeira na região e propor alternativas para sua maior competitividade.

Convidamos para compor a Mesa o Exmo. Sr. Deputado Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública; o Exmo. Sr. Juscelino Moraes do Amaral, Secretário Chefe da Casa Civil, representando o Governador Confúcio Moura; o Exmo. Sr. Deputado Federal Carlos Magno; o Sr. Wilson Destro,

Superintendente da CEPLAC de Rondônia; o Sr. Jorge Wesley Ferreira, representando a Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA; o Sr. Sebastião Ferreira Farias, representando o Superintendente do Ministério da Agricultura em Rondônia; o Sr. Cleto Muniz de Brito, Superintendente Adjunto do INCRA em Rondônia e o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Anselmo de Jesus Abreu.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir a Expansão e a Consolidação da Atividade do Cacau da Região e propor alternativas para sua maior expansão.

Passo a palavra ao Mestre de Cerimônia.

O SR. LENILSON GUEDES (M.C.) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional)

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Gostaria neste momento de saudar e agradecer a presença do Exmo. Sr. Juscelino Moraes do Amaral, Secretário Chefe da Casa Civil, representando nesse ato o Governo do Estado de Rondônia; o Exmo. Sr. Deputado Federal Carlos Magno; o Sr. Wilson Destro, Superintendente da CEPLAC em Rondônia; o Sr. Jorge Wesley Ferreira, representando a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; o Sr. Sebastião Ferreira Farias, representando a Superintendência do Ministério da Agricultura em Rondônia; o Sr. Cleto Muniz de Brito, Superintendente Adjunto do INCRA; o Exmo. Sr. Anselmo de Jesus, Secretário de Estado da Agricultura.

Peço ao Mestre de Cerimônia que faça a chamada das demais autoridades aqui presentes.

O SR. LENILSON GUEDES (M.C.) – Sr. Presidente, queremos cumprimentar e registrar a presença dos Excelentíssimos Deputados Estaduais Marcelino Tenório, Adelino Follador, Euclides Maciel e Luiz Cláudio. Queremos registrar também as presenças do Sr. José Tarcísio Batista Mendes, Coordenador Técnico da EMATER, que atuará dentro de instante como mediador desta Audiência Pública; o Sr. Chico Padre, Presidente da FAPERON, que é a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia; o Sr. Obedes Queiroz, Assessor Técnico do SENAR; o Sr. Haroldo Santos, Engenheiro Agrônomo, representando a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, ex-deputado

MESA DIRETORA

Presidente: HERMÍNIO COELHO
1º Vice-Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
2º Vice-Presidente: LORIVAL AMORIM
1º Secretário: JOSÉ CLEMENTE - LEBRÃO
2ª Secretária: GLAUCIONE RODRIGUES
3º Secretário: MARCELINO TENÓRIO
4º Secretário: VALDIVINO TUCURA

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Divisão de Publicações e Anais - Robison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

estadual; o Sr. Caio Márcio, Coordenador de Pesquisa da CEPLAC; o Sr. Paulo Gil, Coordenador de Extensão da CEPLAC; o Sr. Alexandre Marangoni, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; o Sr. Cícero André de Souza, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Buritis; Acadêmicos do Curso de Direito da FARO; Sr. Antônio Machado, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Médici; Sra. Francisca de Fátima, Chefe do Setor de Planejamento da CEPLAC – Porto Velho; Sr. José Cícero Alves, Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sr. Mário Veronese, representando o SEBRAE/RO; Sr. Ernani Alves, representando a Superintendência do Banco do Brasil; Sra. Vitalina Ornelis, Presidente da Cooperativa de Crédito do município de Ji-Paraná; Sra. Rachel Barbosa da Silva, representando o IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia; Sr. Gilmar Luís, Vice-Presidente da Associação dos Produtores Rurais do município de Urupá; Sr. Alberto Quintans, representando a CEPLAC do município de Mirante da Serra; Sr. Severino Araujo Filho, Servidor da CEPLAC em Jaru; Aparecido Casteliano, Servidor da CEPLAC, também no município de Jaru; Sr. Nagato Nakashima, Presidente do Sindicato dos Médicos e Veterinários do Estado de Rondônia; Sr. Osmar Alcântara, Gerente da EMATER, União Bandeirantes; Exmo. Sr. João Caetano, Secretário Municipal de Agricultura de Cacaupônia; Sr. José Cícero, Diretor do Conselho Municipal de Agricultura do Estado – FETAGRO; Sr. Hélio Fernandes da Silva, Presidente do Conselho do Desenvolvimento Rural e Ambiental de Ouro Preto; Sr. João da Cruz, Líder do Território Central de Rondônia, Servidor da CEPLAC; Sra. Marina Freire da Paz, Líder do Grupo de Mulheres da TB 13 de Machadinho do Oeste; Sr. Ataíde da Silva Santos, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Águas Claras, Machadinho do Oeste. Senhoras e Senhores servidores da CEPLAC; Sr. José Domingos Nunes, Presidente do Conselho Municipal de Agricultura de Cacaupônia e queremos também registrar aqui encaminhamentos de ausência para esta audiência pública.

“Com os meus cumprimentos, acuso o recebimento do convite para participar da Audiência Pública para discutir fatores que obstaculizam a expansão e consolidação da atividade cacauífera na região, e propor alternativas para sua maior competitividade, a realizar-se no dia 7 de agosto de 2012.

Ao agradecer o convite, informo que devido a compromissos anteriormente agendados, infelizmente não poderei comparecer ao referido evento, mas desejo sucesso na realização do mesmo.”

(a) José Euler Potiguara Pereira de Melo – Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

“Ao Deputado do PT Ribamar Araújo – Venho, por meio deste, justificar a ausência da deputada estadual Epifânia Barbosa na Audiência Pública no dia 7, terça-feira, uma vez que estará em compromissos agendados anteriormente em Jaci-Paraná, impossibilitando assim a sua presença.

(a) Deputada Estadual Epifânia Barbosa.

A Sua Excelência Deputado Hermínio Coelho – Presidente da Assembleia Legislativa.

“Sr. Presidente,

Apresento meus cumprimentos, tempo em que agradeço pelos convites para participar nos dias 7 e 8 de agosto das Audiências Públicas com o objetivo de discutir fatores sobre o cacau e sua expansão, sua consolidação da atividade no Estado de Rondônia, e amanhã sobre taxa de ocupação cobrada pela Secretaria de Patrimônio da União de Rondônia sobre os imóveis dos moradores de bairros aqui das adjacências da Assembleia.

Parabenizo desde já a iniciativa do Deputado Ribamar Araújo, proponente das audiências já mencionadas, pela sua iniciativa, comunicando a Vossa Excelência da impossibilidade da participação no evento, haja vista compromissos inadiáveis.

Respeitosamente,”

(a) Álvares de Souza Simões – Superintendente substituto da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal Rondônia e Acre.

Queremos também registrar a presença dos acadêmicos de engenharia florestal da FARO.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Eu solicito ao eminente deputado Marcelino Tenório que assuma temporariamente a presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

(Às 10 horas e 1 minuto o Sr. Ribamar Araújo passa a presidência ao Sr. Marcelino Tenório).

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Com a palavra o nobre Deputado Ribamar Araújo.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Excelentíssimo Sr. Deputado Marcelino Tenório, neste momento presidente dos trabalhos da Mesa; Excelentíssimo Sr. Juscelino Moraes do Amaral, Secretário Chefe da Casa Civil, representando neste momento o Governador do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Sr. Deputado Federal Carlos Magno; Excelentíssimo Sr. Anselmo de Jesus, Secretário de Estado da Agricultura; Sr. Wilson Destro; Superintendente da CEPLAC em Rondônia; Sr. Sebastião Ferreira Faria, representando a Superintendência do Ministério da Agricultura em Rondônia; Sr. Jorge Wesley Ferreira, representando a Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA; Sr. Cleto Muniz de Brito, Superintendente Adjunto do INCRA.

Queria cumprimentar aqui também o nobre Deputado Adelino Follador, presente aqui também nesta audiência. Cumprimentar o amigo, dileto amigo Carlino, ex-superintendente do INCRA. Cumprimentar lá da cidade de Candeias do Jamari o Sr. e amigo Ademar, Secretário Municipal da Agricultura de Candeias do Jamari, da mesma forma cumprimento o Domingos Sávio, Presidente da Associação da Escola Família Agrícola da Flor do Amazonas. Cumprimentar aqui o meu irmão Severino Araújo, lá da CEPLAC do Jaru. Cumprimento o Dr. Fernando, também agrônomo lá da CEPLAC de Ouro Preto. Cumprimento aqui o querido amigo Nagato, veterinário aqui de Porto Velho. Cumprimento o amigo Chagas, companheiro, ex-superintendente da CEPLAC, companheiro de partido. Cumprimento todas as autoridades civis, militares e eclesásticas aqui presentes. Cumprimento os funcionários da Casa. Cumprimento a imprensa. Cumprimento os acadêmicos do curso de engenharia florestal anunciados aqui pelo Mestre de Cerimônias, as demais pessoas aqui convidadas presentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores. Cumprimento aqui neste momento de forma especial ao amigo Deusemínio, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura, que na realidade quero passar a ele todos os méritos desta Audiência Pública, porque foi ele que deu a sugestão e eu de pronto acatei e houve de pronto também o envolvimento de toda a CEPLAC na pessoa do Wilson Destro, que achou brilhante a ideia. Deusemínio, e a você agradeço, e agradeço também a todos que estão envolvidos direta ou indiretamente com a cultura do cacau do Estado de Rondônia e agradeço a todas as autoridades aqui presentes, bem como a todo o público aqui presente. E eu gostaria de encerrar a minha fala sendo bastante sucinto, que eu gostaria que nesta audiência pública tivessem voz as diversas pessoas envolvidas, seja como autoridades, seja como um colono lá na ponte para que ele tenha oportunidade nesta audiência de se manifestar para que seja bastante enriquecida. E daqui que nós possamos tirar, elaborar um documento e encaminhar aos mais diversos órgãos daqui de Rondônia, Sr. Wilson, e de Brasília, para eles saberem de toda a problemática e de tudo que nós queremos fazer com a cultura do cacau aqui em Rondônia.

A todos vocês muito obrigado, um abraço, felicidade a todos e boa audiência a todos.

Muito Obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Neste momento passo a presidência ao nobre Deputado Estadual Ribamar Araújo, proponente desta audiência pública.

(Às 10 horas e 06 minutos o Sr. Marcelino Tenório passa a presidência ao Sr. Ribamar Araújo)

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Passo neste momento a palavra ao Sr. Wilson Destro, Superintendente da CEPLAC, para que ele possa fazer a sua fala e ao mesmo tempo fazer uma explanação do que é a CEPLAC e de toda a cultura cacauífera no Estado de Rondônia.

Com a palavra o Sr. Wilson Destro.

O SR. WILSON DESTRO – Bom dia a todos e a todas, gostaria de primeiramente agradecer a Deus por esta oportunidade e ao mesmo tempo parabenizar esta Casa, em nome do nosso Presidente da Mesa, Deputado Ribamar Araújo, agradecer pela visão, pela iniciativa do colega Deusemínio, estando hoje como Secretário Adjunto, e antes, porém, de iniciar a fala dessa retrospectiva, cumprimentar a todos da Mesa, o Juscelino da Casa Civil, ao Secretário Anselmo da Agricultura do Estado, ao Carlão, Deputado Federal, ao Brito, representando aqui o INCRA, o Farias, nosso Secretário de Agricultura, e ao Jorge do MDA, e sobretudo cumprimentar a todos que tomaram a iniciativa de sair dos seus municípios, das suas lideranças e estarmos aqui.

Dizer para vocês que a CEPLAC, em nome da CEPLAC nós queremos nos colocar de forma de aprendermos a discussão, aprendermos a interação e sobretudo reconhecermos, reconhecemos que a política de uma cultura que é tida já comprovadamente com experiências diversas no Estado no passado, e eu gostaria que a gente tivesse um fio da história, um fio lógico da história de ocupar aqui talvez uns quinze, vinte minutos para colocar algumas reflexões, após nós podemos abrir essa discussão de forma ampla.

O Estado de Rondônia, na década de 70, então Território, tinha uma necessidade de ocupação do Estado e a colonização ficou definida em cima de alguns aspectos. E a CEPLAC chegou aqui trazendo também uma parceria junto com o INCRA, Brito, uma demanda que tinha muito forte de colonizar aquela região e desde de 1971, ano passado fez 40 anos, este ano 41 anos, e aquela época a realidade era essa daí. A década de 70 tinha projetos ambiciosos, na época daquele Governo a operação Amazônia para ocupação do vazio demográfico já das rodovias e a BR-364 e outras, a Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, o lema era "terra sem homens para homens sem terra", né? A integração era "integrar para não entregar" e existiam três grandes potencialidades. Naquela época não existiam outras coisas a não ser as culturas regionais que ainda estavam aqui latentes, nada se sabia, mas vinha com a proposta de três cultura: o cacau, o café e a seringa.

O cacau veio com a CEPLAC, o café com o antigo IBC, a seringa com a SUDHEVEA. E em 1971, de fato, aconteceu ali a criação do serviço de extensão e a Estação Experimental lá em Ouro Preto. E vinha uma necessidade, não era só vir também para ocupar, tinha uma necessidade de aumentar a produção de cacau do Brasil, o mercado era crescente, muito crescente e compensador, patamares alto de cotação da Bolsa, necessidade de identificação de novas áreas para o plantio, a Amazônia despontava como região com grande potencialidade para produzir cacau.

O que se propunha na época para Rondônia? Existia uma proposta de 160.000 mil hectares para a região amazônica como um todo e o PROCACAU para Rondônia era a proposta mais ousada, se pretendia colocar 100.000 mil hectares para Rondônia, sendo

20.000 mil hectares para os PICs, 30.000 mil hectares no pátio Burareiro e 50.000 hectares no pátio Burareiro de licitação, e aí começamos a identificar algumas coisas. Na época a agricultura familiar, o pequeno agricultor não era prioridade, não era prioridade, existiam algumas condições, existia crédito subsidiado para o plantio, tinha o aval do Secretário do FUSEC, todo crédito tinha o aval do Fundo Rotativo Suplementar para expansão da cafeicultura. O Banco do Brasil, se buscar na época se não houve nenhum resgate deste aval, houve, foram honrados todos esses créditos. O preço do cacau na época era três mil e duzentos dólares. De 1976 a 1979, três mil e duzentos dólares, você deflacionando o dólar, seria muito mais de três mil e duzentos dólares de hoje, seria muito mais do que isso. Plantar cacau significava dispor facilmente de recursos financeiros e se capitalizar, além de facilidade de crédito no mercado local. Eu vejo que algumas pessoas de cabeça mais, começam a lembrar algumas coisas, o Deputado Adelino Follador aqui viveu isso.

Dificuldades para formação no polo cacauífera dos anos 80 e aí vieram as dificuldades. Primeiro, levar o custo de controle da vassoura de bruxa. A vassoura de bruxa iniciou na década de oitenta e já mostrou alguns problemas sérios neste sentido e nós não tínhamos experiências no controle de vassoura de bruxa. Ali se começou a discutir, a estudar formas, estratégias, manejos que pudessem compensar isso e começaram a aparecer algumas obras no Estado, a carência naquele pessoal do Burareiro. Burareiro Estação começou a resgatar os trabalhadores da BR-364, das construções da hidrelétrica de Samuel e garimpos de cassiterita, isso foi na década de 80 toda, até o final dela, e no final da década de 80 e no início da década de 90 houve um grande declínio no preço do cacau. Nós chegamos a um patamar de 1200, 1100 dólares. Nós chegamos a esse patamar.

Então, esse processo todo, principalmente aquelas áreas maiores de pequeno, de médios e grandes produtores, a pessoa se desestruturou totalmente, não teria como ela permanecer com aquela área, não teria como ela sustentar aquela área e por outro lado agricultura familiar. Eu estava mostrando há pouco, eu tenho aqui uma fala que foi proferida nesta Casa aqui, Senhor Presidente, em 1985, por uma audiência feita aqui pelo Diretor da CEPLAC, na época Dr. Haroldo, e ele foi cobrado nesta Casa aqui em 1985. Nós ficamos por 15 anos em que o objetivo maior não era, na época, agricultura familiar, a política não era essa, quando então cobrado o porquê que até naquele momento não se trabalhava na região de Ariquemes, os marechais, por exemplo, em áreas ali alternativas. E a desorganização social do produtor rural era também pelo fato de nós estarmos caminhando ainda sem organizações sociais do produtor. Isto é um trabalho de cultura, trabalho necessário para se avançar. E plantações de cacau foram transformadas noutras atividades agrícolas, às vezes mais compensatórias, às vezes no sentido do mercado, às vezes no sentido da praticidade de se ter a maior possibilidade para a pessoa se ela está zona urbana e trabalhar isso. E a pecuária ela avançou neste sentido, ela é importante, foi importante e continuará sendo importante. Porém naquela época era mais fácil você tomar a decisão de cortar uma lavoura, e o café sofreu muito com isso também, o cacau sofreu muito com isso, os produtores, tirando quando você faz investimento de uma cultura perene, de quatro, três, quatro anos para iniciar, às vezes seis, sete anos, você não está arrancando o feijão, você não está arrancando o milho, você não está arrancando o arroz, você está tirando o investimento de tempo, de tempo daquela geração e aí nós tínhamos alguns impactos tecnológicos que começaram a aparecer, da qual o Estado começou a dar um pouquinho da tecnologia local, a seleção de variedades híbridas de cacau nas condições da região, nós passamos a produzir sementes naquela região, o potencial produtivo acima de 1.200 quilos por hectare, tem produtores hoje que alcançam essa produtividade, agriculturas familiares principalmente, pessoas que têm a mão de obra, o cacau não é uma cultura que você mecaniza, tem vários processos no seu

manejo que há necessidade da presença do homem habilitado, com conhecimento técnico no momento certo de se fazer esse manejo. Não é em qualquer hora e nem de qualquer jeito, ela vai responder se for de uma forma de qualquer hora e de qualquer jeito.

A definição de medidas de controle da vassoura de bruxa e de insetos/pragas aconteceu na década de 80 também e definição a partir de 1996, que começou a discutir essa questão de sistemas agroflorestais. Aí começa a se falar em sustentabilidade não só no sentido econômico, mas na diversidade, no sentido ambiental principalmente. E a questão social na questão desse trabalho atingir a agricultura familiar de forma sustentável.

E os impactos sociais ao longo desse tempo, os impactos sociais que aconteceram, 8.700 produtores, o que aconteceu? Na década de 80 o número de produtores era bem menor, o número de pessoas, atividades técnicas na CEPLAC era maior, se alcançou aí 12.800 empregos diretos, 50.000 empregos indiretos, no mercado, foi colocado através da EMARC com conhecimento, parte geral, mas parte também da cadeia do cacau, 900 técnicos da EMARC, hoje a EMARC pertence ao Instituto Federal de Rondônia, continua aberto, continua com o seu curso, mas a CEPLAC não detém mais a EMARC como, até por princípio da questão da expansão de escolas Técnicas Federais, se definiu de que todas as EMARC fossem passadas pelo MEC. A capacitação de mais de 4.900 pessoas nessa atividade da EMARC chamada Semana do Produtor e mais de 28.000 pessoas dos diversos eventos técnicos, isso ao longo desses anos todos.

E os resultados foram alcançados. Esses quatro sistemas agroflorestais, os trabalhos recentes, nós trabalhamos com algumas propriedades que aplicaram, um produtor, um agricultor familiar com 5 hectares de cacau, ele pode, dependendo do nível tecnológico que ele adotar, ele pode alcançar de 2,4 a 6,8 salários mínimos para sua propriedade, os 5 hectares. Ainda demanda a mão de obra, nós precisamos trabalhar mais para diminuir, para que o produtor consiga cuidar de mais áreas com menos tempo dele e tem algumas tecnologias que nós precisamos trabalhar. A formação do polo cacauero por 38,5 mil hectares bem espalhados, eles têm diversas coisas que nós podemos, tem produtividades baixas sim, tem produtividades boas, acima de 1.000 quilos. Nós não estamos assim discutindo a questão da viabilidade da cultura e sim a política para essa cultura aqui para o Estado. Constitui em fonte anual de renda segura quanto ao cultivo bem manejado. Você não tem problema de comercialização, nós queremos ir além, o Estado tem condições de beneficiar esse cacau. Existe espaço para a questão da venda de matéria-prima, mas existe hoje um mercado em expansão, isso a cada dia que passa aumenta, é a questão da produção de chocolate em níveis locais. Essas plantas começaram a aparecer, mas no final eu vou colocar algumas experiências e houve impactos ecológicos, a proteção do solo em semelhança do projeto nativo. O que quer dizer isso? Você tem uma condição na agricultura do cacau de trabalhar dentro dessa lavoura, se tiver uma rotina de andar dentro dessa lavoura, o solo sofre pouco impacto, é um sistema que cobre o solo 100% e tem uma diversidade grande da questão do sombreamento, onde nós temos áreas com 30, 35 anos com mais de 42 espécies. Com mais de 42 espécies que ali, se você olhar na questão da densidade, da possibilidade de você considerar aquilo uma política interna para contribuir nessa malha de reposição de APP e até na necessidade futura da reserva legal, um item a ser resgatado, não é só, imagine todos os milhões de hectares, não seria reflorestar tudo, mas é um sistema a colaborar, a contribuir e está pronto. A reciclagem de nutrientes dentro do processo produtivo é enorme, você tem uma reciclagem de nutrientes, não há perda de reciclagem, a não ser o que você perde quando tira a amêndoa, a semente dela para fora, você tem que repor, ali sai fósforo, sai potássio e outros minerais, e levar a diversidade agora ao potencial de estoque madeireiro, possibilidade de aproveitamento de áreas antropizadas, áreas que estão degradadas, áreas que estão alteradas na beira do rio, áreas que estão em áreas que têm que ter reserva legal, há possibilidade, Haroldo, de se trabalhar isso.

Hoje no mercado o potencial de carbono é um mercado ainda que precisa estudar, mas esse sistema pode se calcular e contribuir, e recentemente a Bahia fez uma coisa interessante e levou isso para a RIO+20 onde se discutiu o trabalho do cacau em CABRUCÁ. O que aconteceu? O cacau lá não é nativo, o cacau na Bahia não é nativo, e entrou na política estadual, da lei estadual, da questão da recomposição de APP e reserva legal através do sistema CABRUCÁ, com uma espécie que não é nativa, mas ela foi importante, porque ela ajudou a preservar a Mata Atlântica, quanto mais aqui na região amazônica quanto que ela não pode contribuir.

Aqui apenas para nos situar, hoje o Brasil está assim: a Bahia tem retomado a produção em torno de 63,63% da safra, isso são dados do IBGE de março de 2012, nós temos aqui depois de segundo lugar, o Pará tem avançado muito nessa questão, principalmente, nas regiões ali de Altamira, Medicilândia, um município pequeno, mais com um potencial muito grande, tem investido, há mais de 20 anos estão tendo pleno êxito lá, principalmente com áreas médias de 10 hectares, e depois em terceiro lugar está Rondônia com 6,51%, o Brasil aumentou, mas diminuímos a participação em percentuais, é porque nós estamos estagnados, realmente estamos estagnados e depois Espírito Santo com 3,3% e o Amazonas com traços de em torno de 1.000 toneladas e o Mato Grosso também com traços de 1.000 toneladas.

E o mercado dessa amêndoa, como é que está? Os estudos que mostram essa questão de mercado, mostram o seguinte: eu tenho algumas coisas aqui onde você tem um aumento de consumo, uma taxa de crescimento médio que está dizendo aqui 2,9, isso aqui é do ano passado, este ano já se fala em 3,2 a taxa de crescimento. A taxa de crescimento, se você olhar essa curva aqui, a produção está aqui, nós estamos parados aqui, ela está aqui, ela tem esse comportamento, solo baixo, dependendo de cada região, e a moagem está aumentando. O Brasil, há 20 anos, quando da última audiência em 1985, consumia 45 mil toneladas de cacau. Produzimos 420 mil toneladas. Hoje o Brasil já está consumindo 245 mil toneladas. Nós estamos importando cacau para abastecer o mercado interno, o Brasil cresceu na sua capacidade industrial, tem crescido na sua capacidade e estamos necessitados de importar ainda hoje na situação, permanecendo a situação como está, temos que importar e a tendência até 2022 é o mundo ter uma defasagem de um milhão de toneladas, Marcelino, isso são estudos de fora, não é estudo da CEPLAC, não é estudo de órgãos públicos, as empresas estão preocupadas nesse sentido. Por quê? E você vê todos os documentos que falam do assunto dizem o seguinte: que a agricultura que vai tocar o cacau no mundo é a agricultura familiar, essa agricultura familiar ela quer ficar lá com R\$ 1.500,00 por cada pessoa dessas por mês. Esse camarada, ele tem que buscar alternativas, por isso que essa agricultura familiar do futuro, e que muitos estão aqui, eles querem ficar lá, querem trabalhar, mas precisam ter renda, precisam ter assistência técnica melhor, precisam ter pesquisa melhor, e por aí vai.

Desafio e perspectiva para o futuro: a organização social do produtor rural de cacau com certeza que isso é um ponto fundamental, eu não diria produtor de cacau só, todos os produtores, não é para brigar com o mercado, é para aprender a trabalhar e negociar com o mercado. Eu nunca me esqueço como estudante em Agronomia no Estado de Santa Catarina, eu vi uma coisa evoluidíssima, aonde tinha a Sadia, se tinha Perdigão no Estado de Santa Catarina, a maior dificuldade, os produtores todos revoltados porque tinha de uma certa forma espólio, é o sentimento que eles tinham e aí houve uma conversa de governo, isso em 1982, governo, houve uma conversa entre os poderes do Estado, houve uma conversa entre as organizações de produtores e houve uma conversa sobretudo da demanda que tinha de frango, e a partir dali o produtor de frango não era o produtor só de frango, passou-se toda estrutura a ajudar a plantar o mate, de algumas regiões que tinham o fumo na época e se trabalhou assim a cadeia de um avanço extraordinário e não se descartou o frango e não se descartou o produtor de frango.

O aumento da produção de produtividade e com qualidade, essa questão do aumento da produtividade, eu diria com qualidade e com rentabilidade. Essa questão do aumento da produção, ela por si só vai deixar muita coisa para o Estado no sentido de avanço, no mérito de um cálculo do IBGE no final, mas a produtividade com qualidade e rentabilidade deixa, socialmente falando, o produtor com condições de estar ali produzindo e sustentando de fato, uma opção econômica viável para se discutir na questão do passivo ambiental do Estado, dependendo do desdobrar toda essa discussão da linha ambiental e da questão da APP.

O que nós temos lá de conservação produtiva? O que a Bahia colocou? O que foi feito? É uma história mais antiga do que a nossa, mas a Mata Atlântica está lá, o restante que tem de Mata Atlântica não está na Bahia, está no sul da Bahia, e é por conta do cacau estar debaixo dela, o sistema CABRUCÁ. E estabeleceu uma quantidade de área para a agricultura familiar, principalmente no sentido de ele ter um modo familiar ideal e que lhe dê sustentação.

Isso daqui, gente, eu fiz questão de colocar essa questão da agregação de valor do cacau, o processo de venda da amêndoa, ele sempre existiu e continuará existindo, o volume que se tem com relação à forma de organização para se alcançar a indústria de frutas, de processamento de polpa de frutas e o processamento disso aqui, essa cooperativa é uma cooperativa lá no sul do Estado do Pará, Midecilândia, nós conversamos com o Presidente por telefone, uma pessoa ainda erra nessa questão da discussão de agricultura familiar, ele nos mandou até, não, eu te mandar algumas barrinhas de chocolate feitas por nós, eu perguntei: o senhor está exportando esse chocolate? Ele falou: não. Para mim, ele estava exportando, qualidade excelente, 30%, 50%, 70% de cacau. Sabe o que ele nos disse? Que toda produção é vendida na região de Altamira, ele ainda nem sequer chegou a Belém. A surpresa dele é que quando ele chegou ao mercado, não ia até o mercado com chocolate, Garoto estava ali, Nestlé, etc., mas o mercado desse tipo de chocolate, essas grandes empresas ainda não estão colocando no mercado a um preço acessível, isso aqui ficou na região ainda e esse pessoal aqui, o inglês aqui, Wilde Kokoa, cacau silvestre, isso aqui está vindo de uma região, eles estão exportando amêndoa aqui de Boca do Acre, é um cacau colhido nas várzeas silvestres lá da região de Boca do Acre, da qual na Alemanha se faz um chocolate específico para ele e nós estamos bem aqui perto e com condições básicas possíveis. Estamos discutindo as possibilidades de adequação de tecnologia, mas há a possibilidade.

Então, esta questão da diversificação, esta questão da agregação de valores, ela não vem para desmontar nenhuma estrutura de mercado, pelo contrário, ela só vem para dar enzima para este processo, para se discutir aqui: Olha, eu quero também fazer um processamento de Cacau. Quando se fala de um produto desses, de onde uma commodities existem algumas pessoas que já fazem algumas palestras que a gente vê por aqui e eu tirei isso aleatoriamente. Olha, só o que fala a Manchete aqui: 'Vai faltar chocolate no mundo'. 'Plantações de cacau não serão suficientes.' E, aí, esse camarada pegou e foi viajar o mundo, o nome dele é David Quest, esse camarada andou pelo mundo todo e disse o seguinte: 'É simples, a China começou a comer chocolate. Vai faltar.' Quando você pede para o cacau funcionar de 50%, 70%, você trabalha com relação, isso foi um fato, se você entrar hoje na Internet é só digitar. O chocolate com 50% de cacau no chocolate, até 70%, isso foi aquele Governador da Califórnia, Schwarznegger, ele pegou e começou a distribuir barrinhas de chocolate com 70%, aumentou o rendimento escolar em 35%. Estudo científico. Eles estão lá. Agora, para se ter uma ideia, eles passam amêndoas de cacau apenas secas, para se comer isso. É amargo. Mas acontece, é funcional, é potencialmente enorme, nenhuma sociedade, hoje, quer trabalhar com alimento ao acaso, quer trabalhar com alimentos funcionais também. E nós estamos em Rondônia, zoneados com experiência com cacau, momento difícil na questão de se colocar a história que foi, a história que pode ser e a história que nós queremos fazer.

E tem algumas questões que a gente conversa, programa plantar árvores em SAFs, nós temos conversado, temos conversado, temos escutado muitas coisas. Reserva Legal e APP, o Fundo do Café e do Cacau que as Secretarias têm trabalhado junto aqui com a Assembleia, tentando encaminhar diversas vezes na época do Carlão, também como Secretário. E Assistência Técnica. Eu gostaria de pegar este espaço, agora, e colocar algumas questões em relação à CEPLAC. Eu preciso colocar duas coisas para vocês. Primeiro, o seguinte: numa fala do Secretário aqui nesta Casa, ele falou o seguinte: Em 1985, o Estado estava acabando de ser criado, o Ministério da Agricultura continuava presente, a CEPLAC continuava presente, e um Deputado falou assim: Queremos o Polo Cacaueiro de Rondônia com absoluta identidade, queremos o Polo Cacaueiro de Rondônia com a CEPLAC do nosso lado, mas queremos também ele definido, independentemente da vontade do Ministério da Agricultura, independentemente da vontade da CEPLAC. Queremos dizer para vocês o seguinte: comentei isso com o Secretário Anselmo, se há uma falha que podemos estabelecer com relação à instituição no passado foi o fato de não termos mais ferramenta, capacidade de técnicos, seja da EMATER, seja da Secretaria da Agricultura, seja de todos os segmentos para discutir o cacau, ao ponto de que, se nós formos discutir o cacau hoje, o Secretário falou uma coisa interessante para mim, nós precisamos conhecer o cacau, conhecer o cacau não é ir a uma lavoura de cacau, ali é conhecer o resultado do cacau, conhecer cacau é saber as tecnologias, ser crítico a elas e saber que precisamos desenvolver ou não mais tecnologia. A instituição ela passa por diversas dificuldades. Eu estou aqui representando a CEPLAC e colocando da seguinte forma, a forma que temos trabalhado, eu digo para vocês o seguinte: Na década de 80, eu entrei na CEPLAC em 1987, dia 20 de julho de 1987, eu e mais quatro colegas Agrônomos e mais o pessoal, tinha a Agência de Atividade Agropecuária, tinha entrado no mês de março, se não me engano, nós fomos os últimos, foram cinco. Acontece que não é o fato de termos o último concurso, o fato é que 25 anos se passaram. Muitos colegas que estavam aqui não estão mais, muitos colegas que estavam vivos morreram, muitos colegas se aposentaram, muitos colegas foram para outros Estados. E a estrutura da discussão ela esparramou, a Agricultura Familiar se esparramou no Estado, e você acaba apagando incêndio, e quando se apaga incêndio sempre acaba um foco pegando fogo e causando danos. E, então, a ideia hoje, parabéns novamente à questão da iniciativa. Nós estamos aqui temos mais informações a dar, mas não é o nosso objetivo ocupar todo este tempo e espaço.

E agradecer pela oportunidade e dizer para os senhores o seguinte: nós precisamos aprender a construir junto com o Estado a história que nós conhecemos e registramos, o que pode essa cultura, mas sobretudo os agricultores familiares que atuam aqui e os poucos agricultores, médios e grandes na região de Cacaúlândia, Ariquemés, Jaru que estão ali. O que nós precisamos fazer enquanto poderes, podemos auxiliar, podemos alavancar e contribuir. Obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, Wilson Destro. Quero cumprimentar neste momento o Excelentíssimo senhor Vereador Valdir Simão, da Câmara Municipal de Buritis e o Excelentíssimo Vereador Arlindo de Almeida, da Câmara Municipal de Nova Brasilândia. Cumprimentar também o senhor Luis Tourinho, jornalista e proprietário do Jornal Alto Madeira. E passo a palavra neste momento ao Excelentíssimo senhor Deputado Federal Carlos Magno.

O SR. CARLOS MAGNO – Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Estadual Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública de muita importância. O Dr. Juscelino, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, representando aqui o Governador Confúcio Moura. Wilson Destro, Superintendente da CEPLAC do Estado de Rondônia; o Jorge Wesley, representando aqui o Ministério

de Desenvolvimento Agrário; Secretário de Agricultura, o Anselmo, e ao mesmo tempo cumprimento o Deuseminio, aqui Adjunto e demais Técnicos do Governo. O Cleto Muniz Brito, o Brito, representando aqui o Flávio, Diretor Adjunto ali do INCRA. O Sebastião Ferreira Farias, nosso amigo, colega aí representando o Ministério da Agricultura do qual faz parte a instituição CEPLAC. Aos Técnicos e pessoal de apoio. O senhor Luiz Tourinho, em seu nome eu gostaria de cumprimentar a todos aqui que se fazem presentes nesta Audiência Pública. Aos Deputados Estaduais ligados ao setor primário, Deputado Luiz Cláudio, Deputado Adelino e Deputado Marcelino, juntamente com o Deputado Ribamar, tem representado o setor primário desta Casa com muita propriedade. E assim eu tenho feito e procurado fazer em Brasília como representante da Comissão de Agricultura, na Comissão de Fiscalização e nas Comissões Especiais que tratam das questões da terra indígena, da exploração mineral em terra indígena, expansão e criação de novas terras indígenas, trabalho escravo, código florestal que são assuntos de grande importância para o Brasil e especialmente para o Estado de Rondônia.

Bom, nós já tivemos na oportunidade algumas discussões, e o Wilson fez parte disso e alguns técnicos da CEPLAC, de discutir esta questão da CEPLAC e não só no Estado de Rondônia, mas no Brasil como um todo, principalmente no Estado da Bahia, do Pará e de Rondônia, porque nós temos a CEPLAC no Amazonas, eu acho que no Acre, na Região Norte. Mas hoje nós temos nestes Estados uma tendência de apresentar a sociedade brasileira a que interessa o produto da preservação, da qual também é cultura, o cacau faz parte através dos consórcios, aqui o ex-Deputado Haroldo, o ex-Deputado Luiz Carlos e nós podemos discutir isso nas alternativas de composição dos consórcios agroflorestais, a CEPLAC, o cacau, a lavoura cacauera teria grande e importante influência na recuperação desse déficit ambiental que supostamente nós possamos ter com relação à legislação ambiental. Cumprimentar também o Tarcísio aqui representando a EMATER e deixar bem claro, nós temos duas instituições que fazem a pesquisa no Estado de Rondônia, que é a CEPLAC, que tem na sua visão e eles não gostam nem de discutir esse assunto porque tem no seu trabalho o trabalho da pesquisa e com isso não envolvendo nem extensão rural, nem assistência técnica, e a CEPLAC, diferente de todo esse processo, onde tem áreas experimentais que fazem as pesquisas, como também tem assistência técnica. Isso faz parte da história de Rondônia, a CEPLAC, como fazem o INCRA e outros órgãos na criação quando aqui nós chegamos como técnico, como produtores no dia a dia deste Estado, aqui passando por todas as fases. Mas há de convir que a CEPLAC precisa sofrer uma manifestação por parte principalmente da Bahia, do Pará e do Estado de Rondônia, e aí a gente já entra em desvantagem, porque não é uma cultura de interesse de todo o Brasil. Então a representatividade hoje dentro do Congresso Nacional ela passa a ser diminutiva em razão do número de parlamentares que compõem essa frente, e eu tive a oportunidade de encontrar lá o Deputado Geraldo Simões, que é da CEPLAC da Bahia, que é Deputado Federal, já foi Prefeito, e que conheci como técnico aqui nos movimentos que nós tínhamos por esse país, e por felicidade encontrei também com o Geraldo Simões e propus a ele uma convocação de uma Audiência Pública na Comissão de Agricultura da Câmara Federal para nós podermos rediscutir a CEPLAC como órgão da instituição federal e falar aquilo que é o principal hoje, que é recurso, é recurso, eu acho que a CEPLAC ela precisa de recurso para desenvolver suas atividades, como você bem colocou aqui, Wilson, todos os órgãos federais em sua maioria eles estão defasados de profissionais, de trabalhadores, de pessoas para fazer funcionar o órgão, as estruturas tem sido estruturas falidas e nós precisamos discutir isso em nível de orçamento da União com relação ao Diretor Geral da CEPLAC à viabilização de mais recurso para que a CEPLAC possa atingir seus objetivos. Porque não tem como discutir, não tem como discutir uma reformulação, um remodelamento da instituição se não passar pela liberação do recurso, vamos continuar discutindo

o órgão sem termos condições de fazer nada por ele, porque os recursos são extremamente limitados e a importância da lavoura cacauera para o nosso Estado aqui principalmente, que vem na produção da agricultura familiar em torno de quase 90% representada através dos projetos de colonização, através dos projetos de assentamento, o cacau ainda é uma alternativa de diversificação da produção, mas precisa contar com assistência técnica, com a extensão rural e precisa urgente, está aqui o Tarcísio, está aqui o Secretário Anselmo, do envolvimento dos três níveis de Governo para fazer chegar lá na ponta, lá no produtor rural as tecnologias que fazem com que plantando menos se produza mais através dos tratos culturais e de conscientizar de que é uma alternativa da diversificação da produção e um produto final muito fácil de agregar valor pela importância que tem e pelo consumo que tem no país. Hoje nós importamos e estamos aí com um órgão criado que poderia surgir como alternativa de produção. Então acho que nós precisamos fazer isso, nós já temos as estruturas montadas, nós já temos todo um processo histórico que consolida a CEPLAC como órgão participante da criação e do desenvolvimento deste Estado que hoje está relegado ao esquecimento.

Então é preciso que haja envolvimento da classe política nos três níveis de Governo, esta Assembleia Legislativa com muita propriedade através dessa proposição do Deputado Ribamar vem chamar alerta para uma questão que nós podemos estender em nível de Brasília e começar discutir juntamente com esses dois Estados, Bahia e Pará; e levar essas discussões nas Comissões para a gente trabalhar no orçamento e poder levar junto ao Ministro da Agricultura, ao Ministro Pepe Vargas, do MDA; a própria Casa Civil a importância do órgão aqui para o nosso Estado de Rondônia e para esses Estados aqui já citados.

Então, me coloco à disposição, eu peço desculpas por ter adiantado aqui, aos colegas aqui por ter usado a palavra em adiantado porque eu tenho que embarcar agora, nós temos a discussão dessa semana que é a questão do Código Florestal, mas eu sei que ele está em boas mãos, agora nós não podemos mais fazer o nosso produtor sonhar com essa possibilidade, nós temos que transformar isso em realidade, que nós possamos transformar a cultura, o produto cacau, como alternativa de renda, de geração de emprego e renda no campo, onde você possa nas ações nos três níveis do governo colocar no bolso do produtor mais recursos e colocar também a possibilidade dos órgãos, das instituições financeiras em tratar o cacau na sua importância que tem para o nosso Estado também, que eles têm papel fundamental no que se refere a isso.

E, Secretário Anselmo e Tarcísio, a participação do Estado é importantíssima no que se refere à Política Pública de Governo como Estado, também fazer com que somado a essa integração dos três níveis de Governo nós possamos atingir nossos objetivos. Eu como técnico que sou, e a disposição em Brasília para receber lá as demandas que se apresentarem aqui que vocês puderem criar e apresentar para que a gente possa em Brasília estar convocando essa Audiência Pública, num segundo momento depois do primeiro passo que vocês vão dar, que é essa Audiência Pública. Eu estou lá à disposição do Deputado Ribamar e demais Deputados para que nós possamos fazer essa Audiência Pública. A minha participação se encerra aqui. Agora o nosso técnico ali está querendo fazer uma pergunta, eu não sei, a Presidência...

O SR. RIAMAR ARAÚJO (Presidente) – O Veterinário Nagato quer fazer uma pergunta. Está aberto o espaço a ele.

O SR. NAGATO NAKASHIMA – Primeiro, gostaria de parabenizar pela organização do evento, eu acho que é um evento importante, porém nós queríamos fazer uma colocação para que o deputado Carlos Magno possa fazer alguma coisa na alteração legal para que nós possamos desenvolver verticalmente os temas produtivos do Estado, verticalmente, por que setor primário, setor secundário, setor terciário.

Nós falamos sempre em setor primário, porque eu sou do setor primário, porém existe um gargalo na emenda, a Emenda 128, que precisa ser melhorada para que o empreendedor consiga entrar no setor secundário, ou para que ele possa beneficiar e comercializar também, porque tem um gargalo que tem de ser melhorado. E também temos que melhorar o Decreto nº 5741, que também tem um gargalo, isso aí são coisas que têm que ser feitas em nível de Brasília. É por isso que nós fizemos essas colocações. Eu sou o Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários e nós vemos as dificuldades que a pecuária passa no Estado de Rondônia e no Brasil como um todo. Era isso aí. Obrigado, senhores.

O SR. CARLOS MAGNO – Eu só gostaria de me colocar à disposição, essa questão aí nós teríamos que entrar num debate, eu tenho, eu acho que acima da minha posição política eu tenho, pelo conhecimento técnico que eu tenho, talvez eu teria como fazer um debate discordando com algumas situações e concordando com outras. Mas eu acho que se nós estamos produzindo mal, a primeira coisa é nós trabalharmos para que nós possamos produzir bem, com menos custo, com mais produtividade. O certo seria tirar o atravessador, era você agregar o máximo no produto, através das alternativas que você tem aí. Mas eu acho que nós temos que organizar a nossa produção no que se refere à produtividade e à qualidade, aí sim, aí você vai discutindo a sequência da cadeia para que você possa atingir aquilo que é programa de Governo, que é a questão das agroindústrias, questão da comercialização, a questão, aí passa por uma série de problemas. Mas um abraço a todos, meu muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Com a palavra o Deputado Estadual Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Deputado Ribamar Araújo, parabéns pela iniciativa de trazer um tema tão importante para ser discutido aqui nesta Casa, e também com aprovação de todos os pares; quero cumprimentar especialmente aqui também o Deputado Federal Carlos Magno, que também é de Ouro Preto, uma região que produziu muito, lá de Ouro Preto produziu muito cacau; e também cumprimentar o Juscelino, meu amigo Juscelino, Chefe da Casa Civil, representando aqui o Governador do Estado; também cumprimentar aqui o Wilson, eu conheço ele há muitos anos de CEPLAC, parabenizar pelo trabalho que vem tentando fazer ali à frente da CEPLAC; o doutor Jorge também representando a Delegacia do Ministério e Desenvolvimento Agrário; o senhor Sebastião, também representante do Superintendente do Ministério da Agricultura; o Celso também representando o Superintendente Adjunto do INCRA; e o Anselmo de Jesus, Secretário Estadual de Agricultura; e também o Adjunto aqui Deuseminio, que também sugeriu esta Sessão; cumprimentar a todo o pessoal aqui presente; o Chico Padre da FAPERON; todo o pessoal aqui presente, para nós é uma satisfação muito grande; o meu colega Deputado Marcelino, de Ouro Preto, um batalhador, uma pessoa que trabalha muito em função da agricultura; também o Deputado Luiz Cláudio que estava aqui até agora há pouco. Eu ouvindo aqui atentamente, como eu cheguei em Rondônia e na década de 70, 77 eu vim, eu andava 53 quilômetros dentro de uma pick-up do INCRA para poder plantar cacau. As primeiras análises de terra que foram feitas era feita uma clareira e o técnico vinha de helicóptero para fazer a análise na nossa terra. Então a gente conhece os bons tempos do cacau, e a gente conhece os maus tempos do cacau, também porque nós pagamos caro certas épocas. Então Rondônia deve muito para o cacau, infelizmente não conseguimos manter, porém houve vários erros. A CEPLAC trouxe muita coisa boa para Rondônia, mas também trouxe uma experiência da Bahia, também teve muita coisa que não deu certo em Rondônia. Eu falo que todo o cacau que foi mandado plantar na serra, por exemplo, da nossa região virou tudo capoeira, ninguém conseguiu colher. Isso é um erro que na Bahia produzia

muito na serra e os técnicos mandavam nós, a sorte é que eu consegui dar um nó na época que foi plantado, nossa terra era na picada, não tinha estrada, e o técnico mandou eu plantar na serra e eu fui no baixadão lá, derrubei fiz os buracos lá e ele se enganou, quando eu fui fazer a análise ele pensou que era onde ele tinha feito da primeira vez, e foi minha sorte. As pessoas que foram fiéis às instruções do técnico perderam o cacau todinho porque não deu conta de cuidar na serra com pedra, então foi um erro.

E também outro erro foi na época da vassoura de bruxa, que ninguém estava preparado, também a orientação. Meu irmão, o Antenor, ele até queria vir hoje, mas ele está tão revoltado, o José Domingos e o seu João estão aí também, está doente também, teve suspeita de câncer, mas graças a Deus não é câncer. Ele estava me ligando e ele queria vir hoje, mas não conseguiu vir. E o seguinte, ele é um dos maiores produtores de cacau na região de Cacaúlândia, quero cumprimentar aqui o José Domingos, o seu João Caetano que são de lá. O João Caetano já comprou muito cacau lá, não é, seu João? o José Domingos também foi meu Vice-Prefeito lá no primeiro mandato. E nós, Cacaúlândia foi o maior produtor de cacau de Rondônia e infelizmente foi caindo, caindo e naquele tempo, nos bons tempos, eu lembro, o quilo de cacau eu pagava uma passagem de ônibus para ir para Ariquemes, ia e voltava e tomava um refrigerante na estrada, hoje para fazer a mesma coisa eu teria que ter R\$22,00, e o cacau está a R\$4,20. Então essa é uma das coisas que é difícil, mas eu acho que hoje, pelo menos se o cacau estivesse em R\$5,00 R\$ 6,00 R\$7,00 e as pessoas que têm mão de obra própria, é ainda uma alternativa. Então nós temos assentamentos que a gente vê hoje, que a maior miséria dentro da agricultura nesse índice do IBGE, que o Governador inclusive está fazendo um plano para poder combater a pobreza, está dentro dos assentamentos. Teria que fazer um trabalho com esse pessoal, esse pessoal está dentro e talvez a mão de obra, porque nós temos que competir hoje até com a Costa do Marfim, com outros países que não têm a lei trabalhista que nós temos. É uma das coisas que encarecem para o produtor que contrata funcionário hoje, é uma coisa que pesa dentro do custo de produção, então são várias alternativas. O meu irmão foi uma das primeiras agroindústrias que foi instalada em Cacaúlândia, na época do Governador Piana, nós montamos uma agroindústria e foi até bem no começo, mas depois quando caiu o preço do cacau desanimou e acabou e até hoje, aliás, essa experiência que o Governador fala, que eu fui Secretário de Agricultura em Ariquemes, também que nós estimulamos na região de Ariquemes a primeira agroindústria que surgiu disso. As despoupadeiras daquela agroindústria é que foram para 35 e que estão produzindo hoje, que foi a primeira agroindústria que na região, e que tem hoje lá mais de 70 agroindústrias na região de Ariquemes, aqui foi mostrado uma delas agora há pouco. Então acho que foi uma fase muito importante, mas vale a pena refletir. Nós tivemos aqui o PROMEC, por exemplo, Programa que foi feito, os tratores o que foi arrancado de cacau, café nesse programa, os tratores que foram distribuídos e muitas vezes pessoas às vezes que não estavam desestimuladas e naquele momento, desesperadas e arrancaram muito cacau. Mas ainda tem muito cacau que pode ser recuperado e estimulado, mas eu vejo dois problemas, o preço que teria que melhorar infelizmente está muito pouco, teria que facilitar para ter um custo mais barato, teria que ter incentivos. Mas teria como foi definida aqui, a questão dentro da agricultura familiar. Hoje, na época o Wilson falou uma coisa muito importante, o Projeto Marechal Dutra não era financiado o cacau, e onde talvez teria tido bastante sucesso. Mas dentro do Burareiro também porque o preço compensava, nós vimos aqui para o Hotel Cuiabano aqui na sete de setembro, receber as parcelas de cacau quando nós começamos as primeiras parcelas, eu vim aqui receber uma parcela aqui, demorava, eu saía meia-noite de Ariquemes para chegar aqui seis e meia, sete horas da manhã de ônibus. Meu tio se acidentou lá no mato, foi 11 horas carregando na rede, chegou

na BR-364 entrou dentro do ônibus Andorinha, deitado no chão, chegando em Ariquemes, se machucou às 8:00 horas da manhã, chegou às 8:00 horas da noite e chegou aqui no hospital aqui em Porto Velho às 4:00 horas da manhã, a perna dele, a árvore pegou e enfiou no chão onde teve que o Dr. Confúcio lá em Ariquemes pegar Q Boa e um escovão para tirar aquela terra e depois nós conseguimos levar ele para o Rio Grande do Sul, ele está andando hoje, foi um pioneiro, esse povo que veio para Rondônia sofreu muito na época e a gente vê, que nem o Carlos Magno citou aqui, inclusive nesse Código Florestal, nesses debates que houve, muitas pessoas acham que nós somos bandidos, que o agricultor está destruindo tudo, esses agricultores que tanto fizeram por Rondônia. Nós temos vários colegas, eu cheguei aqui em 77, esses dias pegando uma foto não têm 10% vivo ainda hoje, nós fomos homenagear todas as viúvas e os viúvos em Cacaúlândia, pioneiros, achamos 19 viúvas e achamos 02 viúvos daquela época, então muitos homens morreram com motosserra, andando na picada, malária, deveriam ser reconhecidos como heróis, não como bandidos.

Então, quando eu vejo esses ambientalistas falando em nível nacional, me irrita, eu fico angustiado, é porque eles não conhecem a realidade, eles deviam ter vindo naquela época, andar 50 quilômetros por serra e descendo serra, subindo serra, passando rios e você com 25, 23 quilos nas costas e fazendo esses 50 quilômetros como fizemos isso até abrir estrada, depois chegou a estrada com 15, 20 quilômetros, até chegar a Cacaúlândia, e aí eu ia até na Linha C5 e nós íamos todo mundo alegre dentro da mata, brincando, chegava lá com os pés roçando e depois voltando, e depois eu ia na aula, faltava 15 dias de aulas, voltava de novo e essa foi a nossa vida, a vida de muitos pioneiros do Estado de Rondônia.

Então, com certeza, eu acho que pode ser feita alguma coisa e o cacau tem uma história muito importante no Estado de Rondônia e pela importância nós temos que nos juntar para tentar recuperar aí o pouco que tem e tentar plantar mais, que eu acho que é uma alternativa, principalmente agora com o novo Código Florestal nessas áreas que têm que ser recuperadas é uma alternativa.

Obrigado a todos. Parabéns a toda mesa. Obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino Follador. Quero cumprimentar neste momento o Sr. Moacir Aquiles Mateus, Secretário Municipal de Agricultura de Rolim de Moura. E convido para fazer uso da palavra o Exmº. Sr. Deputado Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Eu quero saudar aqui o meu colega parlamentar Deputado Ribamar Araújo, que é autor desta audiência pública e um grande defensor do setor produtivo. Saudar aqui a mesa, o nosso Secretário da Casa Civil, que representa o Governador, nosso amigo Juscelino, é importante a sua presença nesta audiência pública. Nosso amigo Wilson Destro, Superintendente da CEPLAC hoje, um grande profissional da área e reconheço pela sua luta, inclusive aqui o Chagas que está aqui presente.

E, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de convidar o Chagas, com a sua permissão, de fazer presente aqui, Chagas, aqui no plenário, até porque você tem muito subsídio na hora dos debates, como também tem um lugar aqui o ex-secretário de Agricultura, o Tião da CEPLAC lá de Cacoal; Tião, gostaria de convidar você para se fazer presente aqui no plenário da Casa, tem espaço ali, Deputado Ribamar, e com a sua permissão eu gostaria de convidar para a mesa, tem um assento aí vago, gostaria de convidar o Tarcísio, que é representante da EMATER, eu gostaria de convidar, com a sua permissão, para fazer parte da mesa, Presidente, o Dr. Tarcísio, que é o nosso Diretor Técnico da EMATER, é importante fazer presença aqui. Quero saudar também o representante da Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Sr. Jorge Wesley Ferreira. O nosso amigo também conhecido como Faria,

mas Sebastião Ferreira, representando o Superintendente do Ministério de Agricultura. O nosso amigo Brito do INCRA, companheiro lutador, parabéns por estar aqui nesta audiência. O Secretário de Agricultura, Anselmo de Jesus; também cumprimento a todas as autoridades aqui presentes. O Deusemínio, que é Adjunto da Agricultura, minhas saudações. O Chico Padre, Presidente da FAPERON. Nobres Deputados Adelino Follador e Marcelino Tenório.

Sr. Presidente, eu quero ser bem breve e bem objetivo, aqui nós assistimos uma apresentação do Wilson, muito boa apresentação, com exatamente algumas sugestões de modelo, Juscelino, para Rondônia. Eu já fui Secretário de Agricultura, fizemos uma parceria aqui, o Chagas é testemunha disso, para fomentar a lavoura do cacau, principalmente lá na região, quando eu era Secretário Municipal de Agricultura nos anos que o Ivo Cassol foi prefeito, nós também já fizemos uma parceria e lá foi instalado um escritório da CEPLAC, mas eu vejo muitas dificuldades com relação à cultura do cacau.

Primeiro, o Adelino falou aqui com muita transparência, é o preço. O preço do cacau hoje a R\$ 4,00, para um produtor produzir uma tonelada, uma tonelada e meia, se não for com a mão de obra da agricultura familiar, ele não vai encontrar mão de obra extra para poder colher o cacau. Na nossa região, Tião, da Zona da Mata, o produtor prefere colher café que cacau. Então, eu vejo um problema que a gente tem que ser muito transparente, Anselmo, é a tradição, eu não sei como que o governo vai fazer através da Secretaria de Agricultura, da EMATER, da CEPLAC, do INCRA, que é exatamente de motivar essas pessoas que estão sendo assentadas a serem motivadas a trabalhar com a cultura do cacau. Eu vejo que é um grande problema é a tradição. Aqui nós assistimos que 66% da produção de cacau são produzidos na Bahia e a gente vê poucos baianos nos assentamentos. Então eu vejo que a tradição é um tema, é um assunto que tem que ser discutido. O Adelino também falou muito bem a questão dos assentamentos; se tivessem assentamentos já selecionados para desenvolver um projeto de cacau concluído com a verticalização, ou seja, com agroindústria e que a merenda escolar fosse comprar, como o Wilson apresentou aqui o modelo de uma cooperativa do Pará, eu acredito que dá certo, eu acredito que dá certo porque vai agregar valor, vai agregar valor. Eu fiz uma conta ali bem simples, o produtor vender cacau hoje a R\$ 4,00 reais, se ele produzir uma tonelada e pouco não sei se ele tem um salário mínimo por mês, não sei se ele vai conseguir a esse preço ele conseguir fazer um salário mínimo por mês durante o ano, então é um problema que a gente tem que discutir com muita profundidade. Temos a CEPLAC, que o Deputado Carlos Magno falou com muita propriedade, precisa de recurso porque a CEPLAC é o órgão, podemos dizer, de pesquisa e assistência técnica, ela detém de toda tecnologia hoje que tem moderno no cacau no Brasil, então a CEPLAC eu sou favorável que o governo federal envie mais recursos, dê condições para a CEPLAC continuar pesquisa da cultura do cacau. Eu também vejo, nobre Deputado Ribamar, que o governo ainda cobra, conversando com o Marcelino que é empresário do ramo de cacau, cobra 12% na venda do cacau, eu acho que o cacau tem que ser isento, se não for isento nós não vamos conseguir atingir 10% da produção do Brasil. É uma sugestão, Juscelino, que eu gostaria de deixar. Se não isentar o imposto para o cacau e transferir isso para o produtor, transferir para o produtor, não para o comprador de cacau, porque na verdade o produtor nessa situação, nós não conseguimos, o Estado não consegue aumentar a produção de cacau porque o produtor rural ele acha que está mal remunerado e ele é mal remunerado mesmo. Eu vejo alternativa dessa forma, que é um desafio para a Secretaria de Agricultura, para a EMATER, que é uma grande parceira, para a CEPLAC discutir propostas realmente que venham motivar o produtor de cacau no nosso Estado.

Então, nobre Deputado Ribamar Araújo, eu quero parabenizar Vpr:ossa Excelência por convocar esta Audiência Pública. Eu, na condição de Presidente da Comissão de Agricultura,

estou à disposição para debater mais esse assunto, e dizer que ele é importante para o Estado, principalmente nessas áreas de novos assentamentos. Com certeza, quem sabe, nós podemos capacitar esses produtores, mas com metas, com o produtor sabendo o quanto ele vai ganhar, quanto ele vai ter de renda por mês; senão vai ser difícil, sinceramente, vai ser difícil, Deputado Ribamar, de a gente aumentar, Wilson, esse índice de seis pontos pouco por cento da produção brasileira.

Então, ficam aqui as minhas sugestões Deputado Ribamar, e a todos que estão fazendo parte desta Mesa. Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Luiz Cláudio. Eu passo a palavra neste momento ao eminente Deputado Marcelino Tenório.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Bom dia a todos; quero aqui cumprimentar o nobre Deputado Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública, cumprimentar também aqui o Secretário Chefe da Casa Civil, o Juscelino, que é muito importante, Juscelino, a sua presença numa audiência como esta, que se diz a lavoura cacauera do Estado de Rondônia, ela está de Guajará-Mirim até Colorado do Oeste. O Deputado Federal Carlos Magno, nosso amigo também, muito envolvido também na questão agrícola do nosso Estado de Rondônia, que esteve aqui presente, já se ausentou, o Dr. Wilson Destro, que há muito nós vemos sempre em reuniões debatendo a evolução da lavoura cacauera no nosso Estado. Aqui o Dr. Jorge, representante aqui do Ministério da Agricultura, do MDA, que agora é Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Dr. Sebastião Ferreira, o Farias, representante da Superintendência do Ministério da Agricultura aqui em Rondônia. O Cleto Muniz, o Brito do INCRA, esse que carregou muito cacau nas costas, não é, Brito, para poder abrir este grande Estado. E aqui também o Secretário de Agricultura Anselmo Jesus. E Tarcisio, esse que faz parte também da EMATER, eu acho que o Tarcisio é quase também igual ao Cleto, começou a carregar essa EMATER do Estado de Rondônia nas costas. Mas tudo aqui que o nobre Deputado Luiz Cláudio, também o Wilson, o Deputado Adelino Follador, a importância da CEPLAC para o nosso Estado. A CEPLAC, nós sabemos que como passou aqui o vídeo que o Wilson apresentou, que a CEPLAC apresentou, a grande importância da lavoura cacauera do nosso Estado de Rondônia para aqueles primeiros passos deste Estado, quanto foi o cacau e quanto foi o café. Mas, ao longo do tempo, o mundo ele se modifica e as pessoas também, hoje nós somos um país que nós estamos andando para o desenvolvimento, mas não somos mais um país do Terceiro Mundo, e nós sabemos que a lavoura cacauera e também como a lavoura de café, elas são produzidas em países subdesenvolvidos, aonde o custo de produção da matéria humana ela é barata. Nós temos um problema no preço do cacau, que são os países africanos. Tem países daqueles que são formados por etnias cada um produz, os produtores produzem, mas quem vende é o governo; então ele dita o preço, não é o produtor que pergunta quanto que vale o seu produto. Então nós estamos com esse problema a enfrentar da nossa lavoura cacauera do nosso Estado. Porque hoje a mão de obra aqui, como falou o Deputado Luiz Cláudio, a nossa lavoura cacauera do nosso Estado de Rondônia, ela era composta de 80% de meeiros, mas aí quando os preços caíram demais lá atrás, de 1988 a 2000 um preço do quilo do cacau ele chegou a setenta centavos, eu tinha quatorze alqueires de cacau na minha propriedade, hoje eu só tenho quatro, e hoje tem um que eu vou extingui-lo porque eu não encontro uma pessoa que queira trabalhar para ganhar 70% da produção, porque hoje o trabalhador preferiu se transferir da zona rural para a cidade. Mas por que isso? Porque hoje a cidade começou a se desenvolver, começaram as construções. Então, quando hoje eu trabalho o ano inteiro, na hora que eu vou produzir, eu não tenho preço mínimo de referência para aquilo que eu produzi e eu vender e custear meu subsídio familiar, eu não consigo ficar na propriedade, e isso aconteceu com o cacau lá de 88 até 2002. Mas aí depois

veio o problema, como vocês sabem, vocês têm esse conhecimento que lá em 2003, 2004 o cacau partiu para oito reais e cinquenta o quilo, saiu de quarenta e oito reais durante três anos e foi a quinhentos e dez reais, mas esse produto não existia mais porque na hora certa de o poder público, aí quando eu falo poder público é o municipal, estadual e federal, porque não adianta um puxar para o lado e outro puxar para o outro, naquele momento não houve a consciência política do governo federal para poder subsidiar aquela produção; e aí nós perdemos, naquele momento nós perdemos 50% da nossa lavoura cacauera do nosso Estado. E aí vêm essas dificuldades, aí começou o país a crescer, começou você ser um auxiliar de pedreiro, a ganhar quarenta reais a sua diária, como hoje se encontra o nosso Estado. Então ele não quer mais voltar a ser produtor de cacau. Então hoje ficou aquele produtor, a pessoa que é dono da sua propriedade, esse é um desafio que nós temos, agora ele é muito difícil transpor, porque nós temos os países subdesenvolvidos que hoje têm a mão de obra que ela passa por aproximadamente dez a quinze reais a diária, aonde o nosso país, hoje, você não encontra na minha região de Ouro Preto alguém que vá trabalhar na roça por menos de trinta e cinco reais a diária. E essa questão de preço, ela demanda muito também da produção e da falta. O Wilson colocou muito bem aqui, nós estamos indo para que daqui, Wilson, no mais tardar em um ano, dois ou três, cacau dê uma alavancada, que aí o produtor vai dizer: eu devia ter ficado com o meu produto, porque o cacau tem uma diferença de certos produtos, você planta a soja, se num intervalo daqueles 30 dias que a soja tem que florir e colocar suas vagens para poder você vender, se não chover você perde por completo o seu investimento. Mas o cacau tem uma diferença, ele, por mais ruim que ele seja, por mais barato que ele esteja, ele não te dá prejuízo, mas precisamos colocar isso nas pessoas que vão querer fazer essa produção, plantar o cacau, essa aptidão do cacau, aí precisa nesse momento que o Governo Federal, através do MDA, comece a colocar essa política pública em direção ao cacau.

Nós hoje temos uma CEPLAC que é de grande importância no nosso Estado, o que ela fez para nosso Estado e vem fazendo, mas ela precisa ser renovada. A maioria dos técnicos, a maioria dos profissionais, dos pesquisadores já estão na iminência de se aposentarem, e aí o que vai ser da CEPLAC? Não vai ser simplesmente aquele pavilhão vazio de profissionais, e isso quando o Chagas era Superintendente aqui do nosso Estado, sempre nós debatemos isso, não é, Chagas? Que a CEPLAC, o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, tem que ter essa consciência, se ele quer que a CEPLAC continue levando ao homem do campo essa cultura de grande importância, que além da importância financeira para o produtor, tem a questão social.

Hoje para você trabalhar em 04 alqueires de cacau precisa, no mínimo, de uma, duas famílias. Mas hoje para você tocar uma propriedade que tem 100, 200 alqueires com um rebanho bovino de corte, só precisa de uma pessoa, aí você vê a transferência e a renda que isso produz. O cacau, graças a Deus, eu tenho sempre comentado com o pessoal lá de Ouro Preto, também com o Wilson, com o Chagas, com o Alberto e demais profissionais daquela região, que ele parou de cair a sua produção, ele está em ascendência, muito devagar, mas está, eu tenho acompanhado nesses últimos três anos que o cacau chegou a bater a produção de 40, 45 mil sacas por ano aqui no nosso Estado e este ano, pela evolução que ele está indo, ele deverá chegar em torno de 55 mil a 60 mil sacas de produção, quer dizer, dentro de 02 anos já conseguiu alavancar quase 25% de produção. E um detalhe que está acontecendo, que hoje o produtor não vai mais plantar, não está plantando mais dois alqueires de cacau, ele está indo plantar mil pés de cacau, ele está indo plantar dois mil pés de cacau, sabendo ele que tem que podar, desbrotar e se possível adubar para que ele tenha uma produção maior, porque aí os custos de produção caem.

Hoje nós estamos com o problema no leite no Estado, hoje o produtor, esse último dia 20 recebeu cinquenta e três a

cinquenta e cinco centavos, e ele, a produção caiu pela seca, mas está caindo também porque ele está deixando os bezerros mais velhos, a vaca solta para não produzir. Mas ele tem que modificar sua produção, é a mesma coisa do cacau, ele não pode mais produzir 03, 04 litros de leites, onde que o nosso vizinho, a Argentina não consegue ter um animal lá por menos 25 litros de leite; aí o nosso produtor precisa ser profissional também, não precisa só o Estado querer, precisa também que ele queira, porque dentro da sua pequena propriedade, ele seja não só um produtor rural, mas um pequeno e micro empresário rural, aí desta maneira, essa junção, nós podemos ter a melhoria maior e a quantidade de evolução e de produção no nosso Estado de Rondônia.

A isenção do ICM, como falou aqui o Deputado Luiz Cláudio, ela é muito viável quando se diz que esse produto vai ser consumido dentro do nosso Estado, para que você não deixe produto de fora penetrar no nosso Estado. Agora, quando ele sair para ser exportado, o ICMS, ele não vai atrapalhar em nada, porque o ICM não é tirado do produtor, o ICM é tirado do consumidor. Os países lá fora desenvolvidos como os Estados Unidos e outros, os ICMS quem paga é o consumidor. Então, não é o produtor que está pagando o ICMS. Agora, as outras cargas tributárias que vêm atrás daquilo que ele compra, de inseticidas, de adubos, aí tudo bem, aí consiste que ali ele está pagando imposto. Agora, no momento que ele exporta, o imposto fica no preço final, aonde é o consumo.

E como eu falei aqui, que a CEPLAC precisa de urgência, é que os representantes do Ministério da Agricultura, MDA, têm que levar isso ao Ministério, o Ministro do MDA, Pepe Vargas, também ao Ministro da Agricultura para que quanto mais rápido se renove o quadro de pessoal da CEPLAC, porque senão daqui a pouco nós vamos ter só os escritórios e os funcionários não estarão mais presentes, porque vão estar aposentados, e aí nós vamos ficar sem aquela mobilidade de poder a pesquisa e também aqueles que fazem parte da assistência técnica dos produtores rurais.

Mas eu quero mais uma vez parabenizar aqui ao Deputado Ribamar Araújo por levantar esse tema e agradecer a todos os profissionais da CEPLAC, parabenizar todos vocês e saber que continue sempre assim, trabalhando em defesa daquilo que vocês se determinaram, que é a lavoura de cacau do nosso Estado, para que assim nós possamos, juntamente com a classe política do Estado, do município e do Governo Federal, alavancar mais e dar mais condição de produção para que o nosso Estado volte a ser novamente o 2º produtor de cacau do nosso país.

Muito obrigado a todos.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Marcelino Tenório. Quero cumprimentar o Sr. Campanari, ex-superintendente da CONAB, presente aqui a esta Audiência Pública. Passo a palavra neste momento ao Sr. Anselmo de Jesus, Secretário de Estado da Agricultura, SEAGRI.

O SR. ANSELMO DE JESUS – Quero cumprimentar aqui o Deputado Ribamar, que requereu esta Audiência Pública e parabenizá-lo ao mesmo tempo. Cumprimentar aqui o nosso Secretário da Casa Civil, o Juscelino, que neste ato representa o Governador; também cumprimentar o Wilson, que é o nosso Superintendente da CEPLAC; o Farias, que representa aqui o Ministério da Agricultura; o Brito, Secretário Adjunto do INCRA. Cumprimentar também o Jorge, que representa aqui o MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Tarcísio, que está aqui representando a nossa EMATER. Quero cumprimentar o Deputado Adelino, o Deputado Marcelino. Cumprimentar aqui o Deuseminio, adjunto da SEAGRI, no qual eu quero cumprimentar todos os técnicos da CEPLAC. Cumprimentar a Raquel aqui também. Cumprimentar todos os nossos colegas do IDARON. Cumprimentar aqui a nossa equipe da SEAGRI. Cumprimentar também os nossos movimentos sociais que estão aqui presentes, o MPA, a FETAGRO, enfim, todos os produtores de cacau, todos que estão aqui presentes neste plenário. Cumprimentar também o Banco do Brasil,

na pessoa do Ernani; o Banco BASA, e dizer da alegria de estar aqui nesta Audiência Pública tão importante que é essa cultura do cacau.

Eu diria que nós tivemos já citados por vários colegas aqui, que nós tivemos muitos problemas no início, até que nos causam alguns problemas até hoje. Se nós pegarmos o início de tudo isso, quando se pensava cacau em Rondônia para os grandes, talvez esse não seja um dos grandes problemas, um dos maiores problemas que nós tivemos, é que se usava o cacau como vítima para que você pudesse ocupar grandes áreas para poder aproveitar os recursos naturais, que era madeira, e seguidamente você trazer a pecuária e muitas vezes o cacau ficava como vítima. Se nós pegarmos os contratos que tiveram naquela época, praticamente quase nenhuns foram cumpridos e o cacau foi a vítima de tudo isso. Eu acho que nós temos um problema também, que nos anos 80 quando isso aqui passou a Estado não levaram em consideração que aqui tinha um Estado, que tinha um governo, que tinha um parlamento, que tinha município, não levou em consideração que esse Estado também tinha que se empoderar dessa cultura e ficou sendo tratado como uma cultura do governo federal, e isso também eu acho que foi um dos grandes problemas. Até pegar como exemplo, hoje o IDARON sendo conduzido pelo Ministério da Agricultura, hoje no Estado de Rondônia, o que seria o IDARON hoje? Quer dizer, essas partes não se completaram, onde você tinha a política do governo federal, mas tinha também o papel do governo do Estado na lavoura cacauzeira. Eu ainda enfrento, Tarcísio, hoje, nós da SEAGRI, a própria EMATER, muitas vezes quando a gente fala no cacau, aí a gente diz: ah, isso aí é da CEPLAC. Então nós tivemos isso muito presente e continua presente até hoje, e aí seria de pegar esse exemplo claro, eu acho que quando tem um Estado, esse Estado passa a assumir aquilo ali, e eu acho o seguinte: se a gente pegar o próprio INCRA quando era distrito, quando tratavam Rondônia não como Estado, veja como que o INCRA avançou naquela época e tinha um papel fundamental, praticamente deu condição para que a gente pudesse criar o Estado de Rondônia. A partir de que criou o Estado, você percebe hoje essa dificuldade, até agora no governo Confúcio quando a gente assume junto com o *Terra Legal*, junto com o INCRA, como a gente começa avançar na regularização fundiária do Estado, quer dizer, você completa essas partes. E nós tivemos esse problema que não se completou quando se trata dessa cultura do cacau, ficou sempre como uma cultura do governo federal. E eu acho que não é tarde para se completar isso e aí. Quero parabenizar o Wilson quando ele foi me dar um puxão de orelha lá na SEAGRI, quando ele dizia para mim a importância de o Estado passar a assumir isso junto com o governo federal, através da CEPLAC, essa cultura.

Eu conheço muito pouco de cacau, nunca plantei cacau, não conheço, eu só sei quebrar o fruto lá e chupar, que eu gosto daquela polpa ali que é muito gostosa, mas dá dinheiro? Eu não sei, eu acho que sim, porque ainda agora, enquanto Secretário, o nosso Presidente do nosso Conselho Nacional dos Secretários de Agricultura dos Estados ele é da Bahia e ele fez questão de trazer todos os Secretários de Agricultura dos Estados numa reunião nossa aqui. E a pauta principal era discutir a *monilia*, que realmente ela vem entrando aqui e pode acabar com o nosso cacau. E ele está preocupado lá na Bahia, está muito mais preocupado do que nós com o cacau da Bahia, com certeza então esse negócio tem que dar dinheiro, e aí veio aqui.

Nós assinamos um protocolo de cooperação com eles, onde a gente, já voltaram também através do Ministério da Agricultura, também para fazer esse debate aqui nas nossas fronteiras da Amazônia, aqui também. Então são coisas que a gente começa a pensar e realmente buscar a saída para isso. Eu acho que nós temos aí, o deputado Carlos Magno colocou aqui no início essa questão do código florestal. Nós sabemos que nós temos hoje as matas ciliares, boa parte das nossas matas ciliares estão desmatadas, e estão aí muitas vezes a ver navios, e é uma necessidade e mais do que uma obrigação nossa enquanto

produtores de recuperá-las, até porque Rondônia sem água nada se produzir, não só a agricultura como a pecuária, enfim, nós temos que ter essa responsabilidade de recuperar. E nós tivemos agora recente aqui no Madeira, através do nosso Coordenador Regional aqui da EMATER, o Márcio, onde ele dialoga com o pessoal do Amazonas junto a CEPLAC e traz aqui essa cultura do cacau de várzea, e aí eu conversando com o Wilson, que hoje é o nosso Superintendente e é uma das culturas que você pode hoje introduzir dentro da recuperação de matas ciliares, e eu ainda não conheço nada, estou vendo, eu conversei com o Márcio, conversei com o Chagas, conversei com o Wilson que pode ser uma das culturas que você possa vir recuperar as nossas matas ciliares.

Nós estamos dialogando agora essa questão da cafeicultura. A gente sabe que Rondônia já produziu bastante café, o nosso Governador está nos cobrando isso a cada momento, e é claro que foi muito importante aquela produção de café, mas dentro desse mundo tecnológico hoje aquela produção de café também não é importante, até porque hoje se, nós pegarmos os materiais que nós temos já no Estado de Rondônia, talvez até dos próprios produtores, e mais o material que nós já conseguimos registrar junto com a CEPLAC aí, eu coloco a importância do Governo do Estado, nós passamos dez anos pesquisando esse material e nós chegamos aqui pouco tempo junto com a EMBRAPA, nós já temos o primeiro material de café registrado. E aí nós discutíamos junto com o Senador Acir quando a gente trouxe a Comissão da Agricultura do Senado já duas vezes no Estado de Rondônia, inclusive para debater a questão do café, e lá a gente estava conversando e discutindo e fizemos uma análise com o material que nós temos hoje, que produz cerca de oitenta a cento e vinte sacas por hectares. Se você discutir a política café com leite, você não precisa mais do que 20% das terras da época que nós produzíamos muito café, que naquela época era dez, quinze sacas por hectares, quer dizer, então você percebe que hoje; se nós também trouxermos essa discussão e que hoje a CEPLAC já tem experiência dessa política de café com cacau também, quer dizer, nós temos várias alternativas neste momento, desde a questão da mata ciliar, desde a questão da reserva legal, desde a questão da política de café com cacau, quer dizer, nós temos várias alternativas aí que estão sendo pesquisadas pela CEPLAC e que neste momento a gente possa estar buscando junto aí com o governo federal, o governo federal fazendo a parte dele, o governo do Estado fazendo a sua parte e fazendo com que realmente a gente possa estar trazendo essa cultura, que é uma cultura que ela é prevençãoista, que ela consegue preservar e ela não agride o meio ambiente. Eu acho que este momento o mundo está falando por isso, está clamando por isso. E aí eu quero acreditar que a gente possa pegar através desta audiência, Deputado Ribamar, da gente poder realmente começar a trabalhar isso.

Nós estamos fechando agora no dia 15, nós estamos apresentando uma proposta na pecuária leiteira, onde se envolvem todos os atores, a EMBRAPA, a EMATER, a CEPLAC, SEDES, para que a gente possa realmente até padronizar o tipo de financiamentos, os projetos da pecuária leiteira para que a gente possa avançar. E entre isso nós estamos também já escrevendo essa questão da cafeicultura que possa estar juntando com isso. E aí eu quero neste momento agora, Wilson, como ele assumiu o compromisso de fazer e eu acredito na lavoura de cacau, que muitas vezes tem que ter as pessoas que têm que enfrentar essas dificuldades, e aí eu quero ser agora parceiro, porque eu estou vendo essa grande vontade que você está tendo e também do nosso governador que está exigindo também que a gente possa estar trabalhando, o Deuseminio que é um dos que estão lá enfrentando essa briga também dentro da SEAD, dentro da EMATER, a gente poder realmente sair dessa audiência pública com essa responsabilidade e com a parceria aí junto com o Deputado Ribamar para que a gente possa estar inserindo como responsabilidade desta Casa, como responsabilidade deste Estado para que a gente possa realmente assumir a nossa parte enquanto governo do Estado nessa questão da lavoura de cacau. E aí,

quando a gente trata dessa questão hoje, que quando você discute um projeto, seja de qualquer cultura, você tem que levar em consideração os nossos parceiros. Porque hoje nós tivemos a feira tecnológica e aí, agora na segunda-feira, Juscelino, quero já te convidar, onde nós vamos estar sentando no CENTRER, a EMATER, a SEAGRI, vão estar sentando com os empresários que participaram da feira tecnológica, porque nós tivemos um dos maiores sucessos quando você parte do princípio de você iniciar esse marco, que é você inserir Rondônia dentro desse mundo tecnológico.

Mas nós estamos tendo muitos problemas. Problemas por quê? Muitas vezes a gente saiu do nosso lugar enquanto governo e fomos sentar numa cadeira talvez que não era nossa, e largamos, abandonamos essa questão da regularização fundiária do Estado, e nós estamos perdendo praticamente quase a metade das propostas em função da regularização fundiária. A partir do que o governo Confúcio assumiu isso como prioridade das suas prioridades, nós hoje somos destacados hoje em nível de governo federal como, só os lotes que nós regularizamos hoje no Estado de Rondônia, dá mais do que toda a Amazônia, só que se nós pegarmos a demanda nossa hoje, ainda é quase nada, aquilo que nós fizemos é quase nada perante a demanda que necessita, que demanda o Estado de Rondônia. Então você percebe que não adianta hoje a gente discutir qualquer ação de governo, qualquer atividade de governo se você não tem em mente essa questão da documentação da propriedade, de você buscar hoje essa questão que as pessoas se sintam seguras no campo, até para você combater a própria violência no campo e a questão do cacau também é muito importante, principalmente quando se trata de recuperar essa questão das matas ciliares e aí eu quero acreditar que nós vamos fazer com o cacau da mesma forma que o nosso governo fez. Nós estamos discutindo hoje com il:o INCRA, inclusive até querendo, o nosso governo esteve agora junto com o Flávio, lá em Brasília, onde nós estamos querendo buscar recursos do governo federal, até porque nós temos o plano futuro hoje que trata realmente daquelas famílias que precisam de avançar, e quando a gente busca esse foco você vai perceber que está no Madeira, que está no Guaporé, está debaixo da lona, e se nós não tivermos hoje recursos para tirar aquelas pessoas de baixo da lona nós também não vamos resolver.

Então o nosso governo Confúcio ele está querendo dizer assim: tudo que tem dentro de Rondônia faz parte deste governo também e aí não é diferente a questão do cacau, como nós estamos fazendo na questão da regularização fundiária, como nós estamos fazendo daqueles que estão debaixo da lona, como nós estamos fazendo com aqueles que estão na beira do Guaporé, que toda vida ficou meio que isolado lá, a gente também quer assumir a nossa responsabilidade na questão da lavoura cacauera. Então quero deixar aqui um grande abraço do nosso Governo Confúcio Moura, que é um apaixonado por cacau, que tem nos cobrado para que a gente possa também nos assumir aqui enquanto Governo do Estado. Muito obrigado.

O SR RIBAMAR ARAUJO (Presidente) – Obrigado, Secretário Anselmo. E passo a palavra neste momento ao Senhor Jorge Ferreira, representando a Delegacia dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário.

O SR JORGE FERREIRA – Gostaria inicialmente de agradecer o convite da Assembleia Legislativa, através do Deputado Ribamar Araújo, pelo tão significativo evento, histórico evento de recuperação desta tão importante cultura que é do cacau, que já marcou presença na história de Rondônia, mas que não só é passado como também representa um futuro produtivo para todos aqueles produtores que estão ao longo do nosso Estado. Agradecer a presença aqui dos Deputados da Casa e também dos Secretários de Estado, Dr. Anselmo, Dr. Juscelino representando o Governador Confúcio Moura, Wilson Destro, Superintendente da CEPLAC aqui no nosso Estado, e todas as

demais autoridades. Os companheiros técnicos, especialmente meu companheiro técnico, colega de Instituto, o Brito do INCRA, é uma honra estar, trabalhando ao seu lado de novo, aos companheiros que estão no plenário, os técnicos, aos senhores produtores, Presidente de Associação.

Dizer que o Ministério de Desenvolvimento Agrário ele reconhece como quem governa o Estado é o Governador e não o Governo Federal. Nós temos diversas políticas públicas que estão à disposição de todos os assentados, de todos os agricultores familiares, nós que temos o nosso foco de trabalhar com agricultura familiar e muitos poderão perguntar então: quer dizer então que o Governo Federal tem dois Ministérios da Agricultura? Não, o Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento é o MAPA, aqui representando pelo companheiro Farias, é um Ministério histórico, mas nós estamos focados para aquela produção de agricultura familiar, enquanto que o MAPA tem mais aquela grande propriedade, às vezes mais focado para a questão da agricultura empresarial, nós priorizamos o atendimento à agricultura familiar, exatamente porque reconhecemos que os custos trabalhistas, sim, carecem muito da atenção produtiva, então nós temos que apostar na produção da agricultura familiar. O Wilson Destro bem mostrou aqui que um módulo de cinco hectares seria um módulo suficiente para contribuir com a renda de um agricultor familiar e cinco hectares são plenamente exploráveis, plenamente manipuláveis, plenamente trabalháveis por uma família.

Então, agricultura familiar ela não tem foco em uma cultura só, mas o ideal é pluriatividades, ter multifocos, ter lá também a vaquinha de leite, mas ter também os hectares de cacau, ter também o café, ter também diversas culturas que nós podemos trazer. Então, vimos na palestra inicial aqui que no começo o Governo Federal tinha uma entidade que cuidava do café, tínhamos uma entidade que cuidava do cacau, tínhamos uma entidade que cuidava da borracha, inclusive o Deputado Carlos Magno é técnico da SUDHEVEA, daquele tempo que havia SUDHEVEA, hoje em dia a realidade é outra, hoje em dia é pluriatividade, hoje em dia todos esses quadros foram sendo enxugados ao longo dos anos por aposentadorias ou por opções dos profissionais, de forma que nós temos pouca gente para trabalhar, pouca gente para levar a frente essas políticas.

Então nós temos hoje no MDA diversas políticas que estão à disposição da agricultura familiar. Nós temos. Está ali o meu companheiro Ernani que pode me dizer, pode confirmar que não é falta de dinheiro, no *Plano Safra* que nós temos hoje lançado já só para créditos, nós temos cerca de 18,2 bilhões de reais disponíveis para produção. O *Plano Safra* como um todo são 23 bilhões que estão disponíveis para a agricultura familiar, mas nós precisamos ter o nosso *Plano Safra* estadual. O *Plano Safra* é um só para o Brasil inteiro, então é difícil para o Brasil, é difícil para os órgãos do governo federal interferir e dizer na questão local qual que é a cultura que deve ser privilegiada nesse *Plano Safra*. Então nós temos que pensar nos outros anos em construirmos um *Plano Safra* do nosso Estado, sinalizando para o governo federal, para os órgãos de assistência técnica, para os órgãos de financiamentos, os bancos e dizer: olha, a cultura que nós queremos privilegiar neste ano é a cultural tal. Porque nós sabemos que temos que ter foco naquilo que nos pode dar resultado mais imediato.

Então nós temos dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, além do recurso disponível para o crédito PRONAF, nós temos recurso disponível, temos feito diversas chamadas em que grande parte delas tem sido ganha pela EMATER para oferecer assistência técnica ao produtor, levar tecnologia desses órgãos de pesquisa, da própria CEPLAC, como da EMBRAPA, levar através da assistência técnica ao produtor lá na porteira dele, lá dentro da porteira dele, de forma a agregarmos valor, aumentarmos a renda, porque sem renda ele vai abandonar o campo, o que vai deixá-lo lá no campo é renda, não tem outro discurso, o que vai deixar que o produtor continue na sua propriedade é ele ter rendimento, se ele não tiver rendimento, ele vai sair da propriedade, ele vai vender a sua propriedade e vai vir para as áreas urbanas,

criar problemas urbanos e vai faltar mais gente ainda para trabalhar no setor primário.

Então nós temos que ter todo um costurar nas diversas políticas públicas para que nós possamos dar condições a este homem para permanecer no campo. Então o Ministério de Desenvolvimento Agrário trabalha não só a questão produtiva, mas principalmente também de outras questões, como a questão de documentação, como a questão de levar internet rural, como a questão de levar o lazer ao homem do campo, e nós temos, além do recurso PRONAF, além de assistência técnica, nós temos a preocupação em termos foco em determinadas coisas. Então, para o Estado de Rondônia, especificamente para a questão da cultura do cacau, nós temos que focar, Secretário Anselmo, Secretário Juscelino, nós temos que focar e tirar do papel e tornar realidade essa experiência que é a produção da massa do chocolate lá no município de Burity, onde as máquinas estão lá, estão em fase de implantação e nós precisamos trazer a produção de cacau daquela região, não mais amêndoas, porque se você vai a um mercado, nas feiras de chocolate que tem na Europa, ninguém vai chegar lá, o mestre chocolateiro não vai ficar lá vendo se a amêndoa de chocolate é essa ou aquela, ele vai querer provar o insumo do chocolate, que é a massa de cacau. Então nós temos que produzir a massa de cacau, isso agrega renda porteira adentro para o produtor, não só ele vai vender amêndoa pura e simples no mercado, mas como ele vai vender um produto que tem maior valor agregado, que pode viabilizar esses cinco hectares que a CEPLAC tão bem propõe. Então nós temos neste evento aqui que tirar o ponto forte, um compromisso do governo federal, do governo estadual, do município lá de Burity, nós colocarmos para produzir, que chega ao mercado a produção da massa de cacau dessa experiência lá de Burity. Então essa é a minha proposição em nome do Ministério de Desenvolvimento Agrário, nós temos como resultado aqui um foco de tirarmos do papel aquela ideia de fazermos produzir, possamos ir lá a Gramado vender a nossa massa de chocolate para o mestre chocolateiro, mas principalmente, como já foi falado aqui, a experiência do Pará, nós podemos através da alimentação escolar, dentro do nosso próprio município, incluir esse tão grande alimento que é o chocolate, com experiência já científica, é preciso vir uma pessoa com o nome do Governador Schwarzenegger para mostrar que isso é viável. Então nós temos que aproveitar esse momento e transformar aquela experiência numa experiência de sucesso. E nós do Ministério de Desenvolvimento Agrário estamos abertos ao diálogo, abertos à participação e podem contar com todo o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado ao senhor Jorge Ferreira e passo a palavra neste momento ao senhor Cleto Muniz, Superintendente Adjunto do INCRA.

O SR. CLETO MUNIZ – Bom dia a todos. Eu quero ser rápido, cumprimentando aqui o nosso Deputado Ribamar Araújo, neste ato presidindo esta brilhante Sessão e em nome dele quero cumprimentar também o meu amigo particular Deputado Luiz Cláudio, que é o homem da agricultura de Rondônia, representado aqui nesta Casa de Leis, ao tempo que eu cumprimento aqui aos demais membros da Mesa em nome do meu querido irmão Chefe da Casa Civil, nosso amigo Dr. Juscelino, que está aqui representando o nosso grande governador Confúcio Moura. Cumprimentando o nosso Secretário de Agricultura, o nosso Deputado Anselmo. Cumprimentando aqui também o nosso Superintendente da nossa grande CEPLAC. Eu quero dizer aqui, senhor Superintendente, assim como técnico, eu sou técnico do INCRA há 32 anos em Rondônia, e eu gostei muito quando o nosso grande Deputado chegou aqui agora, o Marcelino Tenório, falou que eu carreguei cacau nas costas, e é pura verdade, porque a história de Rondônia, na minha opinião, Deputado, ela se confunde basicamente com três órgãos neste Estado, o INCRA, a EMATER e a CEPLAC. Por quê? Porque a EMATER de Rondônia,

para quem não sabe, para mim é a melhor EMATER do Brasil, não tem outra EMATER em outro Estado brasileiro melhor do que a EMATER de Rondônia, isso para mim é indiscutível, eu sempre falo isso por onde eu passo. E a CEPLAC de Rondônia já foi a segunda melhor CEPLAC do Brasil, lamentavelmente quando eu estou ouvindo aqui várias pessoas que discursaram anteriormente falando no que precisa, até porque uma audiência pública dessa, o que nós estamos fazendo aqui hoje? Discutindo alguma coisa em prol de recuperação e de salvar aqui o mais precioso, que é a lavoura cacaueteira, está todo mundo pedindo socorro, principalmente quem produz cacau. Eu vi o nosso inesquecível Fred, Frederico Afonso, há muitos anos falar assim: que a lavoura cacaueteira, além de ser economicamente viável, ela é ambientalmente viável. Ele já falava ambientalmente viável numa época que ninguém nem falava em meio ambiente.

Para quem não sabe, Frederico Afonso foi um dos maiores defensores da lavoura cacaueteira do Brasil e ele gostava tanto de Rondônia que se estabeleceu aqui em Rondônia. E falar da CEPLAC, falar do INCRA, falar da EMATER é chover no molhado, quando a gente vê aqui hoje uma audiência pública dentro da Assembleia Legislativa com pessoas brilhantes como estão aqui. Então esse é o momento, quando eu vi o Deputado Carlos Magno falando, que é um homem, inclusive, que é técnico agrícola, veio do campo, trabalhou na lavoura e nós temos que aproveitar hoje o quê? Um Governador da grande Ariquemes, que além de ser agricultor, conhece na palma da mão o que significa plantar cacau e o que significa a dificuldade que tem hoje o agricultor que defende a lavoura cacaueteira. O nosso Governador Confúcio, ele é um homem do campo, ele é um homem que quando esteve lá como Deputado Federal defendeu o nosso Estado, principalmente na agricultura familiar, e ele sabe que de onde ele veio politicamente, que é da grande Ariquemes, que é o potencial que tem Rondônia hoje da lavoura cacaueteira. Nós temos que aproveitar aqui ele que tem um moral muito grande em Brasília, diga-se de passagem, tem portas abertas com a Presidente Dilma, fazer a Presidente ouvir esse recado que está aqui hoje, porque a Presidente, ela para ouvir um recado precisa ser de massa, basta vocês verem a lei que fizeram para o caminhoneiro dormir 11 horas por dias, o caminhoneiro fez a Presidente ouvir, parou o Brasil todo, porque sabe que se o caminhoneiro não transportar o Brasil para. Aí eles pararam as BRs, aí eles ouviram lá em Brasília: "olha, pera aí, nós temos que rever, o que nós estamos querendo para dormir 11 horas, vamos deixar essa coisa entrar em vigor a partir de janeiro, vamos conversar mais com eles".

É a mesma coisa com a lavoura cacaueteira, vamos fazer a Presidente Dilma ouvir que o Brasil tem terra fértil, que a Bahia tem 65% do potencial, mas que Rondônia, ao invés de seis, pode chegar a 30. Mas para fazer isso tem que investir, tem que fazer alguém saber que lá no Congresso Nacional, igual ao que o Carlos Magno falou, tem que colocar dinheiro, se não tiver dinheiro, nem CEPLAC, nem INCRA, nem EMATER vão a lugar nenhum. Se não tiver dinheiro para investir em pesquisa, em estudo, em aprendizagem, isso aqui não vai a lugar nenhum. Então eu acho que é importante essa audiência pública para a gente fazer chegar aos ouvidos de quem manda no Brasil, que não tem que se tratar de política de um Governo, tem que se tratar de política de um Estado, Estado/município, Estado/Governo do Estado e Estado Federativo, porque essa questão da política não é o Governo atual que não vai tirar os frutos, é a população do Brasil, é o agricultor, é lá na frente que nós vamos colher o produto final disso tudo.

Então, assim na minha ótica, eu acho que essa questão de investimento, do apoio político, sabe, foi muito colocado aqui, eu quero finalizar dizendo que não adianta a gente ficar discutindo só entre nós, tem que chamar todos os atores desse cenário para discussão.

Parabéns, Deputado Ribamar, por essa preocupação sua. Ela é óbvia, mas eu quero dizer para o senhor, vamos fazer chegar isso aqui lá, aproveitar esse momento, olha a lavoura cacaueteira, todo mundo sabe que ela está de acordo com o ambientalmente

correto em reflorestamento, em preservação do meio ambiente, vamos fazer isso chegar agora lá nessa discussão do Congresso Nacional que está discutindo o Código Florestal neste momento, que está aprovado, que está na fase final, para incentivar recurso dentro do orçamento para a gente plantar bastante cacau, mas não é só plantar, não, é plantar e poder colher e poder vender. A política não é só o plantio, a política é você saber onde você vai destinar esse plantio e obviamente industrializar esse plantio, como falou aqui agora o nosso representante do MDA, é economicamente viável, é saber plantar e saber produzir.

No mais, quero aqui colocar, lamentavelmente o INCRA hoje está a reboque também de tudo que aconteceu, fizemos muito e hoje estamos a reboque, mas o INCRA, mesmo a reboque, ainda tem muita coisa para prestar por este Estado, eu acho que o nosso Superintendente não pôde estar aqui, que é o Flávio, é uma pessoa bem intencionada, uma pessoa que quer fazer a diferença, não pôde estar aqui, pediu que eu o representasse. Eu estou aqui para colocar o nosso órgão à disposição de todos e dizer que nós somos parceiros em caráter em qualquer situação para o desenvolvimento deste Estado. Obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado ao senhor Cleto Muniz, Superintendente Adjunto do INCRA. E passo a palavra neste momento ao último Orador da Mesa, uma vez que o Secretário Juscelino, Dr. Juscelino, abriu mão de sua fala, passo a palavra ao senhor Sebastião Ferreira de Farias, representando o Superintendente do Ministério da Agricultura em Rondônia.

O SR. SEBASTIÃO FARIAS – Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Dr. Juscelino Moraes e do Deputado que está coordenando os trabalhos e ao mesmo tempo cumprimentar todos os nossos ouvintes aí do plenário, produtores, suas lideranças, colegas técnicos, representantes de órgãos públicos.

A gente só confirmaria o seguinte: o Ministério da Agricultura é um parceiro do Estado de Rondônia ainda quando o Estado ainda era Território e vem de muito longe. Nós participamos na própria estruturação do Estado, como mostra aqui a CEPLAC, CONAB, antiga CIBRAZEM, tem uma porção de órgãos, até a FUNAI em certa época, CPI, ela foi vinculada ao Ministério da Agricultura exatamente para que se dessem condição aos índios na época, que faria deles produtores rurais, para que os benefícios chegassem a eles.

Com relação à cacauicultura, eu diria muito pouco, até porque o Destro apresentou muito bem o que ele tinha que explicar, mostrar o histórico, a contribuição da cacauicultura para o Estado de Rondônia, para os agricultores, e a gente dizia o seguinte: com relação aos gargalos que ele elencou aqui e que alguns, inclusive, o Secretário de Agricultura falou, a gente complementar ainda mais um gargalo, que talvez seja até o pior deles, talvez o maior deles, que é o envelhecimento da população, daqueles produtores tradicionais, e ao mesmo tempo a migração dos jovens do campo para a cidade. Então, isso aí não é só para o cacau, isso aí é um alerta que a gente faz para toda a atividade produtiva agrícola do Estado de Rondônia.

Com relação ao Ministério de Agricultura e na parte de fortalecimento da cacauicultura, nós conversamos já com o Destro e ele, inclusive, apresentou uma sugestão, no dia 27, em Ouro Preto do Oeste, no lançamento para o Estado, com a participação do Estado, do MDA e outros parceiros, da adoção pelo Estado do Programa BC, nada mais é do que uma Diretriz do Governo Federal amparada em todo o aparato de desenvolvimento efetivamente sustentável que vai garantir ao Estado pelo menos racionalidade, profissionalismo no trato da agricultura, maior renda aos agricultores, maior produtividade para nossas atividades agrícolas e pecuárias, mas ao mesmo tempo minimizar, principalmente mitigar a emissão de gases pelo efeito estufa. Para a agricultura, para a CEPLAC e no caso do cacau, nós usaríamos uma retórica muito parecida com a defesa agropecuária. A nossa

defesa agropecuária, até 1999 ela era, ela existia em todo sentido, tinha dinheiro, tinha técnicos, tinha ações, mas eram ações isoladas e quando nós tratamos, hoje, no contexto mundial que se trata do problema de agricultura, e aí entra o cacau, a visão nossa tem que ser profissionalizada. Então, a gente faz um alerta também para os técnicos, e principalmente para os estudantes que estão aqui hoje ouvindo essas palestras, muitas informações, muitas coisas importantes para a vida de vocês, mas levem uma coisa, nós temos que dividir duas coisas: o extrativismo é aquilo que nós tiramos e muitas vezes não repomos, e a agricultura profissionalizada, nós vamos nos ater à agricultura profissionalizada, porque a agricultura extrativista é aquela que nós temos aqui, muitas vezes nós aproveitamos a pastagem do campo para a produção de carne ou leite e às vezes não repomos muitas coisas, esperamos que o próprio solo seja capaz de dar aquele nutriente que aquela planta que é o alimento do animal, que vai transformar a q u e l e alimento, aquela pastagem em leite ou carne, seja bastante. E, aí, a gente observa depois quando faz a avaliação financeira que não é bastante. O cacau é da mesma forma e o Destro apresentou isso aí, e nós estávamos ainda agora comentando. Nós temos uma atividade de cacau dentro de Rondônia, eu acho que vai de 470, 400 quilos a 1.400 quilos por hectare; se nós temos esta diferenciação, isso aí em outras culturas também, o café aqui nós temos uma média de 12 sacos por hectares e tem produtores dentro do Estado que produzem 70, 80 sacos por hectares. É só vocês fazerem um breve cálculo aí, rapidamente, e verificar a diferença econômica para aquele que produziu a maior quantidade na mesma área, daquele que produziu menos. E a gente teria que saber por quê.

Para o cacau bem estruturado, como para qualquer cultura, nós começamos com o zoneamento da propriedade para identificar o potencial que aquela propriedade tem, dispõe. Onde estão os recursos naturais que devem ser protegidos, onde estão as APPs, onde tem vocação propícia para uma atividade técnica e produtiva sustentável, quer dizer, que se mantém através dos tempos, mas principalmente saber o que é que a terra tem ali disponível, tem de nutriente para nós. E aí, conhecendo aquela cultura, seja o cacau, seja o café, seja uma pastagem, o que é que ela necessita em toda a sua cadeia, em toda a sua atividade produtiva, o que ela necessita de nutrientes para se desenvolver, desenvolver plenamente? Essa diferenciação do que o solo dispõe, o que aquela cultura retira e precisa retirar do solo, nós temos que fazer esta diferença e esta diferença tem que ser repostada para que essa cultura desenvolva plenamente todo o potencial que ela dispõe geneticamente. Seja no caso uma cultura agrícola, ou seja no caso um animal. Então se vocês deixaram uma tucura – 'Não, eu vou abandonar esta bezerrinha aqui pé-duro e vou comprar uma vaca mista, mestiça, uma girolanda'. Não basta você ter bagagem genética nesse animal para produzir leite, e se aquela espécie em outras áreas, em outra região, por acaso ela produzir 30 litros de leite por dia, não quer dizer que na hora em que você joga ela em qualquer pastagem ela vá produzir também 30 litros de leite por dia. Então, quando o animal é tratado para ser financiado, tanto o técnico como o banco, deve-se levar em conta que não basta a questão genética, porque se ela não tiver um alimento capaz de suprir aquela necessidade orgânica que ela dispõe em equilíbrio com a questão ambiental, ela não vai desenvolver plenamente sob a 'H' genética, e aqueles 30 litros de leite que ela poderia produzir com uma alimentação deficiente ela vai produzir, 7, 8, 9 e o produtor tem prejuízo com isso.

Então, veja bem: numa atividade sustentável, como eu lhe falei, começa com o conhecimento da sua área, o zoneamento técnico restrito. Um levantamento dos seus tipos de solo para a base daquilo que se pretende produzir, mas, principalmente, um levantamento da análise de solo, que o Deputado inclusive falou aqui na frente antes, isto é realmente essencial, esse é um trabalho que a assistência técnica ou a extensão tem que levar ao produtor dentro daquele projeto de transformar o produtor de forma profissionalizada.

Outro item importante para se decidir o que plantar, o que criar, é você ter conhecimento primeiro de tendências daquilo que você quer ou vai decidir. Você tem que ter conhecimento do seu mercado regional, do seu mercado nacional, do seu mercado internacional, naquele mercado que você pretende trabalhar. Mas, principalmente, saber a tendência, o seu produto como é que o seu produto se enquadra naquela perspectiva. E com relação a essa informação, até para não tomar mais tempo, eu tentaria fechar aqui bem rápido, dizer o seguinte: o Ministério da Agricultura foi sempre visto por algumas pessoas de forma até, às vezes por ignorância, outras intencionalmente, muitas vezes ele era acusado de que fomentava o desenvolvimento, a destruição, o desmatamento da Amazônia. E todos nós sabemos que o desmatamento da Amazônia começava com invasões ilícitas de desmatamentos ilícitos em áreas às vezes impróprias, primeiro o cara chegava atrás não de criar gado, de plantar nada, ele chegava muitas vezes atrás de tirar madeira e com isso ele entrava e fazia desmatamentos ilegais, esses desmatamentos ficavam, terminava a madeira, ele plantava, queria se apropriar da terra, ele plantava alguma coisa, a primeira coisa que vinha às vezes era semente de pastagem. Agora, em nenhum momento, no caso de um projeto desse, o Ministério da Agricultura dava aval e mandava-o invadir uma área qualquer para dizer que aquilo ali era uma área que o Ministério estava dando aval, até porque nenhum grande projeto nosso, seja industrial, agroindustrial ou de desenvolvimento, eles não são liberados, não são aprovados, inclusive pelos bancos que são os nossos repassadores de recursos, que o Ministério dispõe através do Plano Agrícola Pecuário, se o órgão ambiental não tivesse se posicionado antes, ou com relatório de impacto ambiental ou com uma análise de impacto ambiental, ou com uma declaração, um certificado, um atestado, uma declaração, qualquer coisa, mas o órgão ambiental ele tem que se posicionar primeiro antes que qualquer projeto da área agropecuária seja encaminhado ao banco, e o banco sabe como cobrar.

Então, a informação de mercado é fundamental e aqui foi citado inclusive pelo próprio Destro, se o cacau está ruim de preço, mas se você vai nas perspectivas futuras, e ele citou isso aqui, inclusive a página do Ministério da Agricultura tem trabalhos essenciais para qualquer atividade agropecuária que vocês imaginem. Então, extensionistas, técnicos, políticos, autoridades que têm interesse de levar atento e manter essa informação à mão é só entrar no *site*, agricultura.gov.br, lá você vai ter estudo de 2012/2013 a 2021/2022, você tem tendências de todos produtos, de todas as pendências, de leite, carne, ovos e tal; você tem no Plano Agrícola Pecuário do Ministério da Agricultura, são 115 milhões de reais, todas as tecnologias necessárias, validadas, exitosas, e que estão transformando o Brasil dentro de uma visão profissionalizada e sustentável, todas elas sustentáveis, nenhuma delas recomenda novos desmatamento ou não aprova novos desmatamento, isso vem desde o fim de 2009.

O cacau entra no mesmo contexto. Quando nós falamos em tendências futuras, nós estamos vendo o seguinte: antigamente todo nosso mercado era voltado aos Estados Unidos, basicamente Europa, hoje nós temos um mercado interno nosso que não para de crescer e todas as pessoas que estão melhorando de vida a tendência é também consumir cacau, café, carne, cada vez mais, ovos, leite, pão, trigo. O Brasil, dentro de poucos anos, talvez não vá mais três anos, ele deve estar entrando numa outra fase e assustando o mundo, é produção de trigo sustentável nos cerrados, e vocês imaginam o que é tirar uma soja e lascas de trigo ali, milhões de hectares ali produzindo trigo, você está entendendo? E isso é a pesquisa, a tecnologia que está dando esses resultados, está dando as coisas, é a tecnologia que deve dar melhores resultados ainda para que o Destro citou aqui, o cacau. Quando nós citamos e agregamos apenas dois itens, o envelhecimento da nossa mão de obra rural e o êxodo da juventude por facilidades e complexidades, a finalidade é essa, e eu digo a vocês o seguinte: dia 27, quando um colega nosso veio de Brasília apresentar o programa *Amanhecer* para o Estado de

Rondônia, o Estado se tornou o 17º Estado a absorver essa tecnologia. Então, são cinco bilhões em média que tem aí disponíveis para atividade sustentável, tem mais uma pancada de recursos no *Plano Safra*, que atinge os pequenos agricultores familiares. E aqui, como o Jorge citou muito bem, entre o Ministério da Agricultura e o MDA, enganam-se aqueles que pensam que há confusão. Não. Nós temos coisas que cruzam, mas mais pela visão e consciência de pessoas, no nosso caso, do Ministério do MDA, no Ministério da Agricultura, o Governo Federal, e nós pertencemos ao time do Governo Federal, então é realmente integrado, para nós e para eles, e eles têm como objetivo fazer com que, e nós ajudamos, esses agricultores familiares e que hoje ainda estão naquela fase, naquela faixa de renda muito pequena, eles saiam daquela faixa pequena e pulem para faixa de médio. Isso aí é um fator que vai atestar que aqueles produtores evoluíram; evoluíram econômica, social, culturalmente, mas principalmente ou evoluíram na melhoria de vida deles, na melhoria do IDH.

Então, para o Governo Federal essa é a nossa visão agora, que eles têm que ter esse universo, todo esse apoio, isso é fundamental para que eles não se sintam abandonados. E hoje tem esse apoio, tanto tem como tem na área também dos médios produtores. Quando nós falamos que R\$ 115 bilhões de reais estão disponíveis aí para qualquer atividade sustentável que vocês imaginam aqui dentro, agora, tem uma coisa que a gente queria até lembrar o Secretário de Agricultura, 115 bilhões de reais é o Plano Agropecuário do Brasil, não é do Ministério da Agricultura, e aí nós temos todo esse cenário que nós temos na nossa agricultura discutindo um assunto que há 22 anos nós discutimos aqui esse mesmo assunto há 22 anos nós discutimos quando consolidamos um Projeto importante aqui do Governo do Estado, que é a matriz, é o manancial, é a fonte de onde todas essas ideias que nós estamos discutindo aqui, que muitos dos jovens podem estar achando novidades, não é nada novo, são 22 anos, o desenvolvimento sustentável nasceu sistematicamente e oficialmente aqui dentro de Rondônia, nós não fomos capazes de entender a importância disso, nós não estávamos preparados, muitos não estavam preparados para fazer com que hoje o Estado pudesse estar sendo um exemplo, mas ele é o exemplo, ele é o exemplo que eu digo a vocês o que nós tínhamos aqui, como membro do Ministério da Agricultura, que nós participamos, tivemos a felicidade de participar da estruturação do Ministério da Agricultura como Interlocutor de Gestões Estratégicas, digo a vocês o seguinte e podem olharem: todas as diretrizes do Programa Ebecem de todo o arcabouço de desenvolvimento sustentável do Ministério de Agricultura, e não foi fácil isso também lá dentro, porque nós tínhamos forças cruzando que a visão era outra, é exatamente aquela, ouviu, Secretário, da nossa equipe, a equipe que eu digo todos os técnicos aqui deste Estado contribuíram, produtoras, em alguma forma não deu certo por algum problema de conjuntura, porque as pessoas assumem às vezes um cargo, assumem um poder e acham que vale aquilo que elas querem. Desenvolvimento sustentável não tem autoria, ele não é de PT, ele não é do PMDB, ele não tem cor ideológica, ele é uma necessidade de vida. Quando um produtor protege o seu solo e protege a sua água, ele está se tornando, além de agricultor, um produtor de água, e em alguns Estados do Brasil a evolução é tão grande que esse produtor está ganhando mais nos municípios produzindo a água, mantendo a qualidade daquela água que abastece populações do que mesmo a atividade agrícola dele.

Então, volto a dizer a vocês, tudo o que nós falamos aqui sobre o Programa Ebecem e que o Estado adotou agora, e eu acho que essa é a grande importância, é que a gente tem um Secretário que veio, conhece o meio agrícola, tem técnicos experientes, muitos aqui como o Luis Carlos, e outros mais, o próprio Chagas, e outros que ninguém está reconhecendo aqui dentro do plenário, mas que todos foram importantes, participaram nessas propostas, que de repente nós estamos discutindo aqui como se fosse alguma coisa. Não, muitas coisas estão sendo feitas, sim, dentro do Estado. O que nós estamos precisando aqui

é readequar o que nós dispomos; racionalizar atividade produtiva, profissionalizar nossos agricultores e técnicos, capacitá-los, treiná-los, todos eles, de maneira que todos tenham uma única visão e saibam onde nós queremos chegar.

O Estado de Rondônia tem que dar uma olhada para frente e dizer: "daqui a 05 anos nós não queremos estar com essa produtividade que nós estamos aqui, vamos aumentar pelo menos 30%". E isso aí já seria um ganho muito grande de arrecadação para o Estado, uma sustentação muito grande para a agroindústria do Estado, uma distribuição de riqueza gigantesca para os produtores e suas entidades e muito bom para a população, porque isso fomenta. O Nagato citou, citou a produção em escala significa, você ativar o setor primário que ativa o secundário e terciário, a agricultura é o único nesse sentido. Quando você ativa a agricultura, ativa o setor primário, você desenvolve, ativa todos os outros.

O SR. NAGATO NAKASHIMA - Entenda o seguinte: enquanto a agricultura ou o setor primário cria um poço de trabalho, o setor secundário cria cinco, e o setor terciário cria oito, dezoito. Então vocês veem como multiplicam as ações. Nós precisamos fazer com que o setor primário cresça e o setor secundário seja implementado efetivamente no Estado de Rondônia para o desenvolvimento sustentável, porque o setor terciário é natural. O que está faltando é desenvolver o setor secundário, embasado no que o nosso colega está falando aí na frente. Eu acho que é preciso começar a entender que o desenvolvimento tem que ser feito integralmente no primário, no secundário e no terciário. O setor secundário ainda está muito incipiente demais para as necessidades atuais do Estado de Rondônia.

Era isso aí, obrigado.

O SR. SEBASTIÃO FARIAS – Deputado, eu queria parabenizar o senhor pela iniciativa, principalmente o Destro por dar esse apoio, e dizer o seguinte: ele já pertence ao Ministério da Agricultura, mas independentemente disso, na parte da ação do Ministério de Agricultura, ele sempre está lado a lado com o Governo do Estado para qualquer assunto, não é só para isso, não. Nós temos muitas áreas, nós temos uma defesa agropecuária que foi citada aqui, nós tivemos a extensão rural, é a nossa melhor, e agora, olha, a defesa agropecuária do Estado de Rondônia e o sistema implantado aqui, ele pode não ser o melhor até para a gente não ficar envaidecido demais, mas ele é um dos maiores do Brasil hoje e que orgulha o Estado de Rondônia e que orgulha todos os técnicos do Estado de Rondônia nesse sentido.

Então, para nós do Ministério da Agricultura, quando nós falamos em produtividade, nós estamos também preocupados com a expansão do desmatamento, porque quando um produtor, ao invés de produzir uma unidade, produz oito numa mesma área, ali são possibilidades muito grandes de se evitar cada vez mais avanços e novos desmatamentos e se nós podemos fazer isso aqui e temos condições porque nós temos órgãos de pesquisa eficientes, temos extensão rural eficiente, temos técnicos, autoridades competentes, a própria Assembleia Legislativa ela se cobre com a Constituição, que é uma das mais sustentáveis, até diria ecológica do Brasil, é só folheá-la. Então eu acho que as condições propícias o Estado de Rondônia tem, agora, nós como técnicos, como representantes de um órgão parceiro do Governo, eu acho que todos os outros também, então a nós cabe nos colocar uma disponibilidade e nos tornar disponíveis para qualquer hora que for preciso. Então essa é a visão do Ministério da Agricultura, e eu só reforçaria o seguinte: aqueles que não conhecem o Plano Agropecuário, por favor, entrem página do Ministério da Agricultura e que os extensionistas de Rondônia aprendam a andar com um Plano Agropecuário daquele em baixo do braço, como qualquer um de nós, seja cristão de qualquer religião, adotamos uma Bíblia, porque aquele é que é a Bíblia Agropecuária do Brasil. E é só isso. Obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO - Muito obrigado, doutor Farias. Terminada a primeira fase da Audiência Pública, passamos a segunda com os seguintes oradores inscritos: Doutor Alberto Quintans, que já pode se aproximar da tribuna. Doutor Haroldo Santos, da SEDAM. Zonália, do MST. Chico Padre, da Federação da Agricultura. José Cícero, da FETÁGRO. Joaquim Fernandes, do MPA Ariquemes. João da Cruz, de Jaru. Edson Fernandes, de Ouro Preto. Kátia Gervásio, de Ji-Paraná. Antônia Machado, de Presidente Médici.

Eu convido neste momento o doutor Tarcísio, da EMATER, para mediar o debate e pediria aos próximos oradores que fossem o mais breve possível, obedecendo um tempo de 03 minutos pelo avançado da hora.

Obrigado a todos e convido o doutor **José Tarcísio Batista** a sentar aqui para intermediar o debate.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Então, bom dia a todos, ainda é bom dia, nós ainda não almoçamos. Nós vamos partir agora para essa segunda parte e aí eu queria só combinar como nós trataremos, Alexandre, essa parte. São 12 intervenções, então nós temos que trabalhar aqui, a proposta é trabalhar quatro blocos com três intervenções em cada bloco e o tempo determinado é de três minutos. Eu vou ser exigente aqui no tempo para poder a gente concluir pelo que a gente propôs aqui por volta de uma trinta, se todos obedecerem a esse tempo, a Mesa também tem o mesmo tempo se houver algum questionamento para Mesa; se não, a gente vai em frente.

Então, pela ordem, nós convidamos a se manifestar o doutor Alberto Quintans, meu caro Albertão, pode ser aí, tem aí. Se você quiser vir aqui, Alberto, aí se manifesta para todos, aqui Alberto. Pode ser aqui, que aí, Alberto, você tem três minutos, viu?

O SR. ALBERTO QUINTANS – É um tempo bastante exíguo, não é?

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – No máximo, se quiser usar menos, não tem problema, não.

O SR. ALBERTO QUINTANS – Bom, pessoal, eu quero cumprimentar a todos, eu trabalho na CEPLAC há 12 anos e no Estado de Rondônia estou há 30 anos. Eu quero parabenizar inicialmente o Deputado Ribamar Araújo pela iniciativa, e só observação que a gente quer fazer.

A gente, reparem bem, o tema da Audiência Obstáculos à Consolidação e Expansão da Cacaicultura em Rondônia. Nós observamos, conforme as palestras apresentadas e também dados que nós temos, que o chocolate movimenta na economia mundial em torno de sessenta bilhões de dólares por ano. Isso é muito importante. A Bahia, pessoal, como muito bem mostrou o doutor Wilson Destro, produz 95% do cacau brasileiro e o Brasil produz apenas 5% dessa produção mundial, é o sexto no mundo atrás da Costa do Marfim, Gana, Indonésia, Nigéria e Camarões. Aqui nesta Casa de Leis há 27 anos, por iniciativa do Deputado Jacob Atallah, se debateu políticas de Estado, a Cafeicultura como política de Estado, e a meu ver pouco se fez, pouco se fez. É um desabafo, mas, senhores legisladores, aqui se falou que a sociedade evoluiu, nós evoluímos, o mundo evoluiu. Lá em Outro Preto do Oeste, senhores, conversando com um comprador de cacau, ele disse que o grande fornecedor, o grande produtor de cacau e amêndoa são os chacareiros, pequenas áreas. Não dá mais para trabalhar grandes áreas, isso está mostrado. Eu acredito, senhores, que se nós temos na Amazônia Brasileira condições climáticas e ambientais extremamente favoráveis à cafeicultura, carece que o Estado de Rondônia seja a ponta da lança. Eu dizia para o Deputado Ribamar Araújo, a Casa de Leis do Estado de Rondônia tem que capitanear essa ideia, podemos ser a ponta da lança. E eu observo que em Rondônia se espera que o galo cante para poder abrir os olhos. E se a raposa comer o galo? E se a raposa comer o galo? Vamos acordar quando? Então, gente, proponho aqui que esta

Casa de Leis capitaneie, Deputado Ribamar, V. Ex^a, como patrono desta Audiência, que necessário seja que a cacaicultura em Rondônia seja política de Estado, política de Estado com parque cacauero produtivo adequado à realidade rural de Rondônia, com tecnologia, reconhecimento adequado da importância social, econômica e ecológica da lavoura cacauera, como aqui se falou, porque além de sermos técnico agrícola, agrônomos, políticos...

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Três minutos esgotados, Alberto.

O SR. ALBERTO QUINTANS - ...agricultores, empresários, precisamos ser otimistas, temos que ser otimistas. Agora a CEPLAC carece, sim, mudar, mudar internamente, a sociedade precisa mudar.

Meu tempo está encerrado, agradeço a oportunidade, agora quero, sim, continuar sendo otimista, acredito na cacaicultura, pois conheço muito pouca gente que não gosta de chocolate e o mundo hoje consome quatro bilhões de toneladas de cacau por ano e nos próximos vinte anos precisam de um milhão por ano, demanda de 20%, e onde nós podemos expandir? Na Amazônia brasileira, sem expansão da fronteira, mas com a expansão tecnológica. É o meu posicionamento. Obrigado.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – O próximo, Haroldo Santos. Dr. Haroldo, quando tiver faltando um minuto eu vou lembrar Vossa Excelência. São treze intervenções, senão não vai dar tempo, a partir das 13:30 tem outras atividades aqui, fomos informados pelo cerimonial da casa.

O SR. HAROLDO SANTOS – Bom dia a todos. Saudar aqui o Deputado Ribamar e os demais Deputados pela iniciativa. Eu trago um abraço da nossa Secretária Nanci, do nosso Secretário-Adjunto Sales a todos que estão aqui presentes. Rondônia tem 200 mil propriedades rurais, o INCRA sozinho demarcou 117 mil e o povo foi criando as suas áreas e hoje nós temos cerca de 200 mil. Rondônia talvez seja o Estado que tenha mais alternativas nessa área de agricultura e de pecuária, são tantas alternativas que Deus nos deu que às vezes a gente não sabe aproveitar.

A sustentabilidade, muito bem falado aqui pelo Farias, hoje foi o grande tema também da Rio+20, onde se fala na sustentabilidade financeira, ambiental e a questão social. Rondônia é estranha, Rondônia tem tudo para produzir, mas importa farinha, importa polvilho, importa todo chocolate que come, importa melancia, importa laranja. Como é que uma terra que produz tudo, importa tudo? Estranho. Os assentamentos são o fruto dos sonhos de agricultores, é onde tem os bolsões da pobreza. Onde é que está sendo gasto o dinheiro que os governos federal e estadual gastam? Onde é que vai o nosso trabalho de assistente técnico e de agrônomo? Tem algum absurdo nisso. Se falou aqui que o preço do cacau está baixo, vamos pegar o exemplo do açaí: um hectare de açaí rende 40 mil reais por ano, um pé de açaí dá duas latas de açaí, uma lata de açaí é 20 reais, um preço médio. Por que os filhos da terra aqui, dos ribeirinhos, vêm tudo embora para Porto Velho? Não está estranho? O cacau vai render 4 mil, 8 mil reais, não sei quanto, mas não é só o preço, não. O que está faltando, eu acho que está faltando uma chacoalhão nesse negócio, está faltando a gente criar coragem e dizer que está faltando meta. Ninguém tem meta neste Estado, todo mundo tem medo de fixar meta, todo mundo tem medo. "Ah, eu sou político, se eu fixar meta daqui a pouco vão me cobrar", e está aí o Brasil importando cacau, números absurdos.

Eu represento hoje a SEDAM, meu presidente dos trabalhos, só para concluir, hoje é obrigado todas as propriedades fazer o CAR, todas as propriedades não têm mais licenciamento, mas têm que fazer o CAR, nós temos que fazer a recuperação das APP's e a Reserva Legal. Cacau é excelente, gostaria só de concluir que a Presidente Dilma está chamando todos os parceiros para que se crie a Agência dessa área de assistência técnica, isso

vai ser fundamental para que a gente tenha produtividade. O pequeno agricultor, o pequeno agricultor familiar precisa produzir e ganhar dinheiro, ele não pode ficar lá só segurando terra para os filhos irem embora para a cidade, não.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Obrigado. Próxima participação é da Sra. Zonália, do MST. Depois desta fala aí, nós teremos, se alguém da Mesa quiser algum comentário, senão a gente passa para o próximo bloco.

A SRA. ZONÁLIA – Meu bom dia a todos que aqui estão, o pessoal da Mesa e também a todos os camponeses que cultivam cacau, que cultivam café, que cultivam toda produção, todo alimento que vem para a nossa mesa. Assim, neste momento, eu digo aqui, eu sou Zonália, faço parte do MST, sou assentada no Assentamento no município de Ariquemes e cultivo o cacau, e aí a gente como nós estamos lá na roça trabalhando, a gente sabe qual é a dificuldade que nós temos enfrentado, não só do cacau, mas em toda questão, quando se diz que é um camponês que faz que é produzir o alimento, porque a gente não tem incentivo, o camponês não recebe o incentivo para isso, e aí também vem o cacau, então a gente tem muita dificuldade porque falta esse incentivo e aí nós vemos que esse incentivo está faltando porque o responsável por essa questão do cacau, que é a CEPLAC, está se esvaziando, não tem mais estrutura porque falta apoio, faltam projetos, falta planejamento para que isso de fato dê a sustentabilidade para os produtores que estão lá na base, ao agricultor que está na roça, que está trabalhando. Então precisa que se crie isso, que se criem condições da CEPLAC também dar essa abertura para que o camponês de fato se sinta parte da CEPLAC, se sinta parte porque também não adianta nós só estruturarmos a CEPLAC e nós como produtores não termos abertura para juntos dialogar o que nós queremos e o que de fato precisa. E uma das coisas que foram ditas aqui, que isso é real, o porquê de nossa juventude não permanecer no campo? Porque falta esse incentivo, a gente colhe o cacau e vende a amêndoa, mas por que nós somos obrigados a fazer isso? Por que a gente não arruma um jeito então de beneficiar essa semente? Que aí é o cacau, que é o chocolate, que é a manteiga, que são vários derivados que saem do cacau, que se a gente fizer isso a gente vai estar dando oportunidade para a nossa juventude permanecer na roça, porque vai ter um emprego para ele e ter mais condições de o campo se estabilizar, que as famílias dos assentamentos tenham mais condições de vida.

Então eu acho que é isso que também precisamos ver, nessa questão de ver que é necessário que a CEPLAC seja um órgão onde vai estar representando os produtores de cacau, que seja com mais condições, com mais qualidade. É isso.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Obrigado, Dona Zonália. Bem, combinamos três intervenções, eu acho que a maioria foi mais propositiva, não sei se algum membro da Mesa tem alguma contribuição. Wilson Destro.

O SR. WILSON DESTRO – É breve. Uma das coisas que me chamaram a atenção nas falas é quando foi colocado pelo Haroldo essa questão das metas. Isto é um fato forte. Meta é para chegar, meta não é para ser esquecida, e é aí que está a importância. Não cabe à CEPLAC estabelecer metas para tantos mil hectares, para tantos produtores; ela nesse contexto, sabe, Anselmo, naquilo que você colocou na discussão, vai ter que ser construído junto e mais ou menos a gente fazer, eu gosto disso aqui, mas, Tiago de Melo, que é um amazônida, falava o seguinte: quem sabe onde quer chegar, escolhe os caminhos certos e o jeito de caminhar. Então esses nós que se quer selar são os produtores, o governo do Estado, CEPLAC, EMATER e todos aqueles que estão envolvidos nisso. Eu só queria manifestar nisso para deixar o entendimento que a gente tem.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Ok. Os outros membros vão se manifestar posteriormente. Agora com a fala o senhor Chico Padre, da Federação da Agricultura. Só para auxiliar as pessoas que vão fazer a intervenção, no primeiro bip aí que toca fica faltando um minuto, quando tocam os três bips, aí é porque já esgotou o tempo.

O SR. CHICO PADRE – Aos senhores que estão na Mesa, quero saudar todos os senhores com todo respeito na pessoa do Secretário de Agricultura. Aos senhores que estão ouvindo a palestra tão bonita, eu quero dizer que nós produtores rurais estamos até satisfeitos com a inovação, porque se não inovar não vai a lugar nenhum. De forma que alguém falou aqui a respeito como fazer para a criança ficar, para o filho do produtor rural ficar na roça. Nós estamos fazendo uma parte, dando uma aula para os produtores rurais, filhos de produtores rurais que têm o segundo grau, para ele ser empresário, se transformar num empresário. Viu q; meu Deputado Ribamar, para o filho do produtor, é a forma de fazer com que o filho do produtor rural fique lá, estudar para ele ficar lá mesmo e se tornar um pequeno empresário. Nós temos aí o exemplo que foi falado de Ariquemes, do governo que nós, do nosso governador, que ele de fato transformou Ariquemes em um parque de agronegócio e de agroindústria. Essas agroindústrias estão de fato criando, e desses cursos que nós demos junto com ele, com o nosso governador, o pessoal criou essas agroindústria e ele tem dado apoio; agora, alguém disse, a CEPLAC com o trabalho dela é excelente, e é louvável essa ideia de o senhor convidar. Mas nós estamos querendo dizer que não é só com debate desse que vai deixar as pessoas com a ideia firme de que vão partir para produzir, nós temos aí o SENAR REGIONAL para fazer cursos desses da CEPLAC, as pessoas produtores rurais que precisarem de um curso procurem o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural lá no seu município, via Sindicato de Produtor Rural que está se dando esses cursos para os produtores rurais permanecerem na agricultura. Está se falando de meio ambiente, esse meio ambiente foi feito uma proposta pela Federação da Agricultura lá no Ministério do Meio Ambiente para liberar recurso para que fosse dada instrução, educação para o homem do campo, e esse recurso já chegou e está sendo aplicado no homem do campo no que se diz estudo, quem não tem estudo não sabe ler, não sabe escrever, é desintegrado da comunidade. De forma que fica aqui o meu apelo dizendo aos senhores produtores rurais e quem quiser, eu acho que um seminário, um seminário, Deputado Dr. Ribamar, que vai alinhar as ideias de todos os produtores rurais, nós estamos fazendo agora dia vinte e nove em que o Dr. Farias vai falar do ABC que ele falou aqui, que é ABC, é Agricultura de Baixo Carbono, e com isso o produtor rural vai chegar ao que se diz respeito ao meio ambiente. Obrigado.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Muito obrigado, senhor Chico. Agora a próxima participação do José Cícero da FETAGRO.

O SR. JOSÉ CÍCERO – Bom dia a todos e a todas. Quero aqui antecipadamente, em nome da FETAGRO, agradecer aqui o convite para essa Audiência Pública, e em nome aqui dos nossos companheiros aqui da Mesa, aqui representando o plenário, quero aqui, em nome do senhor Anselmo, saudar todos vocês que estão aí presentes.

Companheiros, a FETAGRO vem hoje aqui a público, já há dias, só lembrando um pouquinho, há dias nós tivemos aqui uma audiência aonde trouxemos aqui várias propostas elaboradas pelos próprios trabalhadores, a qual foi aqui passada e o pessoal que estava presente ouviu, debateram as autoridades aqui presentes. Hoje, esse debate de hoje, nós vemos que aqui todos os companheiros que fizeram uso aqui da palavra, as autoridades aqui presentes levantaram os problemas das questões naquilo que se diz na produção da agricultura familiar, não pegando aí só

pela produção do cacau, mas também de toda a produção da agricultura familiar. Então eu acredito que não está difícil de e gente achar uma solução, porque os problemas foram encontrados, todos levantaram os problemas. Agora, cabe a nós ver como resolver esses problemas. Aqui não vou citar nenhum dos problemas porque ficou bem claro aqui e todos sabem como começar. Agora, eu não sei se faltou incentivo para que o próprio agricultor pudesse avançar, os próprios técnicos, que é um problema que às vezes a gente se depara, falta aí para acompanhar a produção da agricultura familiar, enfim, tem esse lado aí que nós da Federação vimos discutindo e, claro, trazendo as propostas para que junto possamos avançar nesse debate, nesse tão sonhado avanço da agricultura familiar no Estado de Rondônia.

Então, companheiros, eu quero aqui deixar o abraço do nosso companheiro Lazineiro, que não pôde estar presente, e desejar um bom debate a todos e muito obrigado.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Muito obrigado, senhor José Cícero, da FETAGRO. Tem mais nesse bloco ainda o Joaquim Fernandes, do MPA, ali do município de Ariquemes. Só lembrando, Joaquim, o tempo de três minutos naquele bispinho ainda falta um minuto, você ainda tem um minuto para falar, tá?

O SR. JOAQUIM FERNANDES – Bom dia aos companheiros e companheiras presentes aqui. Eu sou Joaquim Fernandes, do MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, que na sua base também tem muitas famílias que produzem e cultivam o cacau e até isso a gente tem dificuldade na hora de produzir o cacau, com a sua dificuldade que é a vasoura de bruxa, a industrialização e até a própria comercialização.

Mas no intuito que a gente tem visto aqui é que nós precisamos de mais recursos para incentivar a alimentação, tornar a produção de cacau como um produto de alimento, não só na área de *commodities* que chamamos de que é para o mercado internacional, a gente tem que fazer com que as famílias, as pessoas brasileiras, o povo aqui internamente, comércio interno aprenda consumir mais a nossa produção, aprenda a conviver, que é uma parte do nosso alimento, que isso é muito bom porque é um produto que tem menos agrotóxico, não vai muito veneno para produzir.

Então essas são as questões que nós temos que alavancar, que a CEPLAC é um órgão institucional nacional, que é pública, que nós temos que fazer parte dessa, não é, porque se não vão acabar as indústrias que dominam, que controlam o preço do mercado, que controlam a produção e até a circulação do mercado, vão controlar também a assistência técnica. Então por isso que o Estado tem que ser mais ousado, investir recursos nessa área, que é a produção de alimentos, que o cacau entra como produção de alimentos. Então por isso que a gente defende que a CEPLAC seja um órgão de assistência e acompanhamento técnico com as famílias que produzem cacau e assim a gente interage. O conhecimento popular dos agricultores que mexem com o cacau com o conhecimento científico, estudo que os companheiros da CEPLAC, companheiras vai dar garantia que o produto final, que é o consumido, vai ter um produto de boa qualidade, sem agrotóxico e também mais barato para o seu consumo. Se a gente for olhar no comércio interno, aí vai vender produtos muito caros. Então, nós temos que fazer com que todas as famílias da roça permaneçam na roça produzindo e as famílias da cidade também, os trabalhadores da cidade possam consumir um produto de boa qualidade, que são seus derivados de cacau. Então, é isso que a gente defende, a CEPLAC como um órgão que vai fazer o acompanhamento para não cair na privatização de terceiros para os acompanhamentos do cacau, porque pode acontecer, isso pode acontecer, empresas que dominam a cadeia produtiva do cacau, consumo, produção, circulação, e vão dominar também a área da assistência técnica. Obrigado.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Obrigado aí, Joaquim Fernandes. Terminando mais um bloco, se algum membro da Mesa tem algum comentário, mas foram sugestões, foi proposição, não houve questionamentos. Quer falar mais alguma coisa Wilson? Não. Então nós vamos para mais um bloco aí, depois você pode fazer alguma intervenção. Agora está inscrito João da Cruz. João da Cruz é um bom orador, nós vamos pedir que o João seja bem cuidadoso com o tempo. João da Cruz é bom de conversa.

O SR. JOÃO DA CRUZ – Saudar a todos e a todas com um bom dia e a Mesa também em nome do companheiro Anselmo, que está representando o Governador, quero saudar a todos também. E aqui eu tenho só proposta no campo da solucionática, tem as problemáticas e tem a solucionática. Letra A – Precisa de novas Audiências Públicas e por território. Anotem essa proposta porque ela é muito importante. Letra B – Contratação de Técnicos para a CEPLAC, precisa de pelo menos 200 técnicos e que seja da Escola EFA, Família Agrícola. Anotem essa proposta que também é muito importante. Parceria com a EMATER nesse processo de transição. Eu não sei se essa contratação vai demorar muito, você sabe como é o governo para contratar, não é? Então, enquanto isso os técnicos da EMATER devem trabalhar lado a lado com os técnicos da CEPLAC para aprender essa tecnologia nesses 03 ou 05 anos que esses técnicos da CEPLAC vão se aposentar, porque se não fizer isso, daqui 03, 05 anos não vai ter mais técnicos da CEPLAC em Rondônia para ensinar para esses novos técnicos.

Então, aí, Tarcísio, é uma bola sua, aí que você vai ter que resolver também. Letra D – que o agricultor possa superar essa fase de entregar amêndoas, entregar chocolate mesmo. Nós acabamos de receber aí um chocolate, um brinde de uma cooperativa lá do Pará, nós podemos fazer exatamente igual a isso, quem fez foi agricultor e o nosso agricultor também pode fazer isso. Espero que eu não tenha usado todo o tempo. Um abraço.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Ok. O João foi sintético, parabéns, João. Agora vamos para a próxima intervenção. Edson Fernandes, de Ouro Preto. Informar que com a inscrição do Cícero André, encerram-se as inscrições.

O SR. EDSON FERNANDES – Gente, eu vou fazer diferente dos outros, eu não vou dizer bom dia, vou dizer um boa tarde a todos. Eu queria dizer para todos vocês que nós viemos aqui para falar de CEPLAC, para falar de agricultura, para falar de cacau e para falar também de agricultura familiar. Eu não gosto, essa reunião pública ela não vai me deixar contemplado, porque nós, porque nós não colocamos, nós não conseguimos colocar o número produtor da agricultura familiar aqui, o que nós desejávamos. Nós estamos pedindo uma ou mais duas reuniões dessas para o nosso interior, que seja em Ariquemes, lá no CENTRER, ou Ji-Paraná, Ouro Preto, é isso que nós queremos, porque essa só aqui pode parar por aqui e ela pode ser engavetada, vocês me desculpem por isso aí. Então, nós temos que levar isso lá para o interior nosso. Os Deputados que estão aqui se deslocam para o interior, nós temos lugar para receber vocês para fazer audiência muito maior do que essa. E obrigado a todos.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Obrigado aí, senhor Edson. Então vamos para mais uma intervenção. Kátia Gervásio, de Ji-Paraná.

A SRA. KÁTIA GERVÁSIO – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa e principalmente ao Deuseminio que sempre apoiou a EFA.

Bom, o meu nome é Kátia Gervásio, sou educanda da EFA, Escola Família Agrícola. Bom, a EFA, primeiramente é uma escola que procura proporcionar ao jovem do campo uma educação diferenciada, os princípios principais da EFA é proporcionar ao jovem uma educação agroecológica, com princípios sociais agroecológicos,

priorizando o ambiental, e a CEPLAC é uma instituição tão pioneira de Rondônia que garantiu a Rondônia uma produção cacauzeira vantajosa, um setor econômico que contribuiu graficamente para Rondônia, não deve se acabar assim, como o José da Cruz mencionou, necessita-se de contratação, essa contratação seria interessante realizar a contratação de jovens técnicos territoriais, de Rondônia especificamente, com ênfase na agricultura familiar, pois a cacauicultura só se dá uma produção gratificante quando consorciada e a mesma se envolve um sistema agroflorestal, garantindo assim uma rentabilidade na agricultura familiar de Rondônia.

Gostaria de salientar também que os jovens da Escola Família Agrícola, eles são jovens da agricultura familiar, preservando as características da agricultura, colocando em prática no campo, na agricultura ensinada pelos monitores que como escola é uma família. Contudo, gostaria de dizer que gostaríamos, nós jovens, de fazer a diferença na prática da nossa realidade. Obrigada.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Ok. Estamos ganhando tempo. A Mesa vai deixar para o último bloco para fazer a intervenção. Antônio Machado, do município de Presidente Médici.

O SR. ANTÔNIO MACHADO – Quero neste momento cumprimentar toda a Mesa e ao mesmo tempo parabenizar ao Deputado e ao companheiro Deuseminio pela iniciativa dessa Audiência Pública para nós. Eu sou Antônio, do Sindicato dos Trabalhadores de Presidente Médici. Nós, como categoria que representa a agricultura familiar deste Estado, a gente fica muito feliz, muito contente por essa iniciativa, por essa Audiência, até porque estamos falando da CEPLAC, que traz como carro chefe, como pauta nessa audiência a questão do cacau e a gente sabe do movimento sindical da importância da CEPLAC para agricultura familiar, a gente sabe que ela representa muito para agricultura, até porque estamos discutindo um Código Florestal e aí a plantaço do cacau vem de encontro com essa discussão e aí a gente precisa aprofundar muito mais com relação a isso, até porque também a CEPLAC, ela no Estado, ela pode diversificar essa produção, não só ficar no cacau, mas de outras culturas que aqui pode implantar no Estado, a importância e como categoria defende a CEPLAC por causa do próprio reflorestamento. Foi falado aqui da questão orgânica, a questão agroecológica, a CEPLAC pode estar contribuindo muito com isso, a gente também defende que ela permaneça para que possa trabalhar com os pequenos agricultores, acima de tudo, que já foi falado hoje aqui, defendo uma CEPLAC com renovação, que ela possa contratar novos profissionais para que possa trabalhar na agricultura. Fica aqui como sugestão que já foi colocado aqui, eu estava inscrito, que uma audiência tão rica como essa que ela possa descer para o interior do Estado aonde realmente tem cacau, para que a gente possa fazer outra discussão maior como nós estamos fazendo aqui agora.

Meu muito obrigado a todos e a todas.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Obrigado aí ao senhor Antônio Machado, do Sindicato de Presidente Médici. Agora a intervenção do senhor Domingos Sávio, da Escola Família Agrícola de Candeias do Jamari.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Bom dia a todos e todas. Infelizmente, em função do tempo, eu não vou gastar o meu tempo fazendo aqui considerações, mas que se sintam todos aqui homenageados.

Eu estou assentado no assentamento Flor do Amazonas. Flor do Amazonas tem quatro anos de criação e a gente está com dois anos que nós provocamos e conseguimos levar a CEPLAC lá para o assentamento, apesar de que o assentamento ainda não tem um plano de desenvolvimento do assentamento, ainda não foi contratado pelo INCRA a assistência técnica e ainda não tem também concluído a questão da topografia. Então, por isso, a

gente não tem assistência técnica lá. E a CEPLAC durante esses dois anos fez algumas visitas e é muito pouco para o que nós queremos da CEPLAC, queremos realmente a CEPLAC parceira tanto do assentamento como também na Escola Família Agrícola que estamos instalando dentro do assentamento. Por entender que hoje a questão ambiental ela pode ser minimizada com os projetos aí agroflorestal, cacau é um das culturas que a gente vê muito propícia para estar trabalhando aí, como já foi citado aqui por várias pessoas que me antecederam. Então, a gente gostaria de ver junto com a CEPLAC a viabilidade, aí a questão de técnico, como o João da Cruz colocou muito bem, daqui a pouco a CEPLAC estará se extinguindo porque os técnicos da CEPLAC estão se aposentando. Então, contratação de novos técnicos para a CEPLAC e aí a gente gostaria de contar também com a Casa aqui, com a bancada Federal na questão de viabilização de recurso para a estruturação da CEPLAC. E gostaria de deixar gravado aqui nos anais da Casa, em reforço a outros questionamentos, a questão de mais audiência pública e principalmente audiência pública a questão da violência, da questão agrária e a violência no campo, porque não se faz desenvolvimento da agricultura familiar se não tiver tratando essas questões com bastante critério e carinho. Obrigado.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Obrigado, Domingo Sávio. Agora nós temos ainda uma participação do Cícero André, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Buritis.

O SR. CÍCERO ANDRÉ – Boa tarde a todos. Gostaria de dizer que é uma satisfação muito grande podermos estar neste momento aqui nesta grande audiência pública. Agradecer aqui pelo convite a pedido do Deputado Estadual Ribamar e que chegou até nós através da CEPLAC.

Gostaria de dizer que nós, eu sou filho desta terra e o meu primeiro colégio agrícola em Rondônia eu tive a oportunidade de fazer pela CEPLAC, e naquela época pela primeira turma dessa escola, nós víamos que o cacau estava em grande ascensão, grande crescimento, como ressaltaram aqui as autoridades, que o desenvolvimento se pregou há 22 anos e hoje nós temos um grande desafio. Temos em Buritis a primeira indústria de processamento de cacau a ser implantada neste Estado, e gostaria de dizer que esse trabalho é um trabalho que depende de todos. Gostaria de chamar a atenção aqui do Estado, o cacau não é da CEPLAC, o cacau é da humanidade, assim como nós já falamos discutindo o Código Florestal, que é uma cultura que vem para que possa ser substituído, ser colocado como área de preservação permanente, como reserva legal e como o fator importante que é a questão econômica, como ressaltou aqui o nosso Superintendente da CEPLAC. Cacau não existe no Brasil, praticamente se produz muito pouco pela demanda que se precisa para este Estado. Então nós vamos propor o seguinte: que além do Estado, que seja feita proposta com Prefeituras, a exemplo da Prefeitura de Buritis, que ao longo desses dois anos já produziu em parceira com a CEPLAC noventa mil mudas de cacau, produzindo juntamente com a CEPLAC. Contamos com uma indústria que tem capacidade para produzir duzentos e cinquenta toneladas anos e nós dependemos de vocês, depende do Estado, Anselmo, o Estado precisa entender que a questão do cacau em Rondônia é uma política de Estado e que nós precisamos assumir isso, porque a partir do momento que o Estado assumir como política de Estado, nós teremos uma CEPLAC fortalecida, teremos uma assistência técnica acompanhando como a EMATER nesse processo, envolver toda a política da assistência técnica nesse processo para que nós tenhamos realmente de fato uma cultura sustentável neste Estado.

Meu muito obrigado.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Obrigado. Deputado Ribamar, chegou aqui um pedido de mais uma intervenção. Como a gente economizou aqui nas falas, a gente vai conceder só mais

essa intervenção e depois passamos os trabalhos ao Deputado Ribamar para os encaminhamentos finais. É o senhor Godelo, do Vale do Anari.

O SR. GODELO – Obrigado. Eu quero agradecer a todos e em especial essa Mesa formada de homens, e cumprimentar de modo especial as mulheres aqui presentes. Mas dizer a importância que a CEPLAC tem para nós. A CEPLAC eu acho que devia ser trocado era o nome, não da lavoura somente cacauera, porque lá nosso projeto, lá no nosso assentamento a CEPLAC trabalha com multiculturas e nós, o nosso desejo é que esse modelo de assistência técnica prestado pela CEPLAC se estenda também aos outros órgãos de assistência técnica, a EMATER, porque hoje a CEPLAC é detentora de muito conhecimento, e desenvolvimento na minha opinião se faz com duas coisas: dinheiro no bolso da agricultura familiar para que ela possa investir em educação, porque o conhecimento é que gera o desenvolvimento, e a CEPLAC tem o conhecimento. Então, na minha opinião, deve sim fortalecer mesmo essa política, e que se torne uma política pública do fortalecimento do cacau, mas que também se agregue esses conhecimentos para que a gente possa fazer melhor a produção. Uma coisa interessante que está acontecendo e que nós gostaríamos que houvesse da parte do Governo do Estado maior disponibilidade de tecnologias e investimento para as agroindústrias, nós queremos fazer lá na nossa região um arranjo produtivo agroecológico, porque nós já estamos trabalhando, a nossa Associação, nós já estamos produzindo polpa de frutas, o cacau é uma fruta beneficiada por nós, já estamos produzindo cacau e vamos produzir melado, rapadura, açúcar mascavo, queremos produzir pães, doces, leite. Isso tudo faz parte da agricultura familiar e agricultura familiar tem que ter mais que uma fonte de renda. Eu acredito que a agricultura familiar ela tem que ter no mínimo cinco fontes de renda, isso é possível, isso agrega a família lá no campo, isso dá esperança ao jovem. Muito obrigado.

O SR JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) – Obrigado, foi cumprido o tempo. Encerrados esses blocos, nós passamos aqui a Mesa se tem algum comentário. Secretário de Agricultura – SEAGRI, o senhor Anselmo de Jesus.

O SR. ANSELMO DE JESUS - Todos os expositores que falaram aí eu acho que foi mais do que verdade essa questão do esvaziamento da CEPLAC, é claro e notório, eu acho que foi colocada aí essa dificuldade, mas por outro lado esse modelo, que ele vai mais além do que a lavoura cacauera, eu acho que isso é correto e aí é claro que acho que tem uma demanda muito grande de como a gente democratizar mais esse tipo de audiência, ter como a gente chegar mais perto do produtor, eu acho que isso também é importante. E nós temos hoje o CENTRERE que tem e está bem próximo dos agricultores aí, é claro que a gente tem que estar preocupado com isso daí. E aí, por último agora, o Godelo falou da agroindústria e nós estávamos comentando aqui com o Jorge que se for de cacau, lá na SEAGRI tem dinheiro para nós construirmos um monte, eu estou brincando aqui, mas eu acho essa questão da agroindústria também é importante, eu não conheço cacau, mas sou apaixonado pela indústria de cacau. Eu tenho lá em Buritis um barracão que vai ser colocado agroindústria, eu coloquei uma emenda também para construir em Cacaulândia, acabamos perdendo, porque esse lado da agroindústria eu sempre tenho vivido ele, porque a gente tem feito muito debate nisto e a gente sabe que os países que industrializam o cacau hoje não têm um pé de cacau. Então eu acho que eu toda vida fui muito apaixonado pela questão da indústria do cacau e aí, é claro, corretamente. Quero só agradecer e parabenizar o Deputado Wilson da CEPLAC, também o Deusemínio que incentivou para que pudesse acontecer isso e a todos que vieram, e que voltem tranquilos e que Deus acompanhe vocês.

O SR JOSE TARCISIO (Intermediador) – Tem mais algum membro da Mesa, o Jorge.

O SR JORGE WESLEY – Eu gostaria de aproveitar o momento para reforçar o que eu falei, nossa audiência ela é muito importante pelo despertar, eu acho também que nós temos que fazer mais audiências públicas, talvez por territórios, a Assembleia Legislativa em tempo acordou para esse assunto muito sério. Como eu falei, o cacau não é só o passado de Rondônia, mas também é o futuro. Nós temos um programa de educação alimentar do MEC que favorece a aquisição de compra da agricultura familiar para alimentação, então nós temos que colocar chocolate na alimentação escolar. E concretamente nós temos que sair daqui com o compromisso de que até 31 de dezembro aquela unidade lá de Buritis tem que estar funcionando, tem que estar com a produção já no mercado, porque senão toda nossa conversa aqui teria sido perdida, porque a gente fica conversando em tese, concretamente Buritis tem que funcionar.

O SR JOSE TARCISIO (Intermediador) – Obrigado, Jorge. Senhor Wilson.

O SR WILSON DESTRO - Antes tenho que fazer três referências aqui, eu creio nas últimas falas. Primeiro, antes até que o Deputado Carlos Magno saísse, eu falei para ele de duas coisas: uma é com relação à situação de contratação, só vou dar uma informação. Até 2014 a CEPLAC vai ter no quadro dela apta a ficar, porque são necessários ficar 486 servidores em todo o Brasil. Muita gente fica às vezes por aquele abono de permanência, mas são pessoas que a qualquer momento podem pedir para sair. E aí foi discutido dentro do Ministério da Agricultura, faz uns três anos, e sexta-feira eu liguei para o meu Diretor e coloquei o que de concreto tinha para a gente poder trabalhar essa questão de entender o porquê, e tem uma nota técnica que foi protocolada junto ao Ministério de Planejamento, de Orçamento e Gestão pelo Ministério da Agricultura que capitaneou essa discussão, para uma contratação emergencial, emergencial que eu digo, não para ficar dois, três anos. Urgente, justamente para esse pessoal que está em tempo para fazer aquilo que foi falado agora há pouco. Essas pessoas, que não se passa tecnologia só nos livros, se passa tecnologia em atividade *pari passu*, você precisa de pesquisadores junto com o pesquisador novo, você precisa desse atrito, desse afiamento de fato para você ver o que discorda e concorda para você construir isso. E aqui para Rondônia, desse total que eles estão acenando, de 514 servidores, em torno de 70. E para essa contratação ter técnicos dentro dessa composição, é importante uma manifestação também aqui dessa audiência, e a ideia não era simplesmente pensando em contratar, tem que ter experiência, a experiência é necessária, ser informado e um novo é necessário que ele venha para se mudar.

Então, eu estou querendo colocar isso. A segunda referência é com relação a esse chocolate que vocês receberam. Para vocês terem uma ideia, quem nos mandou de graça foi o Presidente daquela cooperativa de Medicilândia, a CEPLAC teve a despesa, somente na CEPLAC do Pará, inclusive para nos enviar, porque ele falou assim, quando eu liguei para ele, perguntei se ele estava exportando, não, nós que consumimos aqui na região de Altamira, eu vou mandar para você, o Mauricio que esteve lá e intermediou essa questão e disse: "eu vou mandar porque eu tenho interesse que mais indústrias aconteçam no Estado, aqui na região Amazônica, porque nós precisamos criar uma rede de comercialização disso, desse tipo de produto e terceiro." Agradecer e parabenizar duas coisas que a SEAGRI fez nos últimos três, quatro meses que a gente está acompanhando, Anselmo. Então algumas leis que chegaram nesta Casa de Leis, é a lei que dá amparo à questão da cultura familiar. A segunda que foi encaminhada recentemente numa reunião lá, inclusive estava mostrando, a questão das escolas, das Escolas Família Agrícola que o Estado está participando, eu tenho certeza que as Escolas

Família Agrícola têm um papel importantíssimo. E a terceira, é uma que foi colocada essa semana, me parece, que trata sobre o cooperativismo. Eu creio que é uma proposta madura, maduríssima, que vem das bases, quando a gente pega aqui essa colocação aqui que foi colocado o *Grito da Terra*, tem coisas aqui que são fáceis, elas transcendem o governo, elas transcendem a esfera, elas transcendem a tudo que a gente possa imaginar.

Eu quero finalizar e por último parabenizar o Deputado Ribamar Araújo, porque essa iniciativa, porque se Vossa Excelência não internalizasse a necessidade ficaria só numa proposição, poderia ser simplesmente uma proposição e a necessidade de outros encontros de audiências para construir é necessário, não basta a gente colocar nas colocações aqui e ter um ambiente, um ambiente que nos recebe bem e as coisas pararem por aqui. Obrigado.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO (Intermediador) - Já caminhando para o encerramento, eu quero pedir licença ao Secretário Anselmo e também ao Deputado Ribamar para fazer uma rápida manifestação também. A EMATER foi citada algumas vezes, Deputado, e dizer para as pessoas que estão participando, e eu quero me dirigir ao meu amigo Luciano, lá de Ji-Paraná, que tem me cobrado uma posição mais efetiva da EMATER, e dizer que realmente, Luciano, as nossas ações ainda são muito tímidas, mas você ouviu o Secretário de Agricultura se manifestar e nós da EMATER somos o braço executivo da Secretaria de Estado da Agricultura. Na medida em que a Secretaria de Agricultura traça, envolve o cacau como uma política da sua Secretaria, da Secretaria de Agricultura como uma política de Estado, nós da EMATER acompanhamos as diretrizes da Secretaria de Agricultura e estaremos fazendo o melhor nessa parceria com a CEPLAC, ampliando, porque ela já existe ainda tímida, mas ela já existe para que nós possamos fortalecer a cacauicultura como uma alternativa, como já foi colocado aqui, importante tanto para a agricultura familiar do ponto de vista de produção como também do ponto de vista ambiental, como foi muito bem colocado. Por isso, nós entendemos que essa audiência foi de suma importância e ficamos, Wilson, eu até brincava nos bastidores aqui, que o Wilson deve um abraço no Secretário, porque o Secretário teve uma manifestação muito forte no sentido de abraçar a cacauicultura como uma ação do Estado para desenvolver essa tão importante atividade que já trouxe grandes benefícios para o Estado de Rondônia.

Muito obrigado e devolvo agora a presidência dos trabalhos ao Deputado Ribamar, pedindo para que ele tome aqui este lugar.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Chegamos neste momento à conclusão dos nossos trabalhos, desta audiência pública, não me resta outra coisa que não seja neste momento externar a minha profunda satisfação pelo sucesso desta Audiência Pública comprovada neste momento, porque talvez não tenha tido nenhuma audiência pública que tenha se prolongado por tanto tempo e no seu final, na sua conclusão, depois de várias horas, ter toda essa quantidade de autoridades e pessoas ainda presentes aqui na nossa audiência. E nós não temos outro sentimento a não ser de satisfação e de gratidão a todos os que compareceram a esta audiência pública e queria mais uma vez agradecer ao Excelentíssimo senhor Juscelino Moraes do Amaral, Secretário da Casa Civil, representando o Governador do Estado; ao Excelentíssimo senhor Anselmo de Jesus, da Secretaria de Estado da Agricultura; ao senhor Sebastião Ferreira Faria, representando a Superintendência do Ministério da Agricultura em Rondônia; ao senhor Jorge Wesley Ferreira, representando a Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA; ao senhor Cleto Muniz Brito, Superintendente Adjunto do INCRA/RO; ao Deputado Federal, Carlos Magno; aos Deputados estaduais Marcelino Tenório, Adelino Follador e Luiz Claudio; agradecer na pessoa do senhor Wilson Destro, Paulo Gil e Luciano, toda família ceplaquiana;

agradecer de maneira muito especial ao amigo Deusemínio, repito mais uma vez, o responsável pela indicação desta audiência pública que chegou até mim; agradecer a todos os envolvidos com a cultura do cacau, a todos os agricultores de qualquer cultura aqui presentes, a todos os acadêmicos também aqui presentes, aos movimentos sociais; agradecer ao Cerimonial desta Assembleia, agradecer as taquígrafas, aos segurança, ao pessoal de apoio, ao pessoal do meu gabinete, aos Secretários Municipais de Agricultura aqui presentes, do Candeias do Jamari e de Buritis, aos vereadores que estiveram também aqui presentes; agradecer ao Márcio da EMATER, que também chegou aqui há poucos minutos e agradecer de maneira especial ao Dr. José Tarcísio Batista, que fez a intervenção, e a todos que estiveram presentes.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada esta Audiência Pública e convidamos a todos para um coquetel que será servido aqui no Salão Nobre desta Assembleia. A todos muito obrigado e um abraço a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13 horas e 15 minutos).

SUPERINTENDÊNCIA DE RH

ATO Nº0508/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

PRORROGAR

A Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços Médicos Hospitalares do Departamento Médico da Assembleia Legislativa, instituída pelo ATO Nº 0740/2012-SRH/MD/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 041 pag. nº 251, de 04/04/2012, até 31 de dezembro de 2012.

Porto Velho, 04 de julho de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0663/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

DIEGO RODRIGO DE AZEVEDO GOES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, que exerce no Departamento de Comunicação Social, a partir de 1º de agosto de 2012.

Porto Velho, 1º de agosto de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral